



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 37 - Nº 731 - DE 12 A 25 DE JANEIRO DE 2025 - R\$ 5,00



Novas Manifestações da Crise Mundial

**Combater a ofensiva econômica e militar
do imperialismo com os métodos da
classe operária, com o programa da
revolução social e com a tática da
frente única anti-imperialista**

**Em defesa da autodeterminação
das nações oprimidas!**

**Organizar a Oposição Revolucionária ao
governo Lula, para derrubar as
contrarreformas, defender os explorados
da miséria e marchar sob a bandeira por
um governo operário e camponês**

33 *da liquidação da União
das Repúblicas Socialistas
ANOS Soviéticas (URSS)*



**Contribuição de Guillermo Lora para a luta contra a
Perestroika e a defesa da URSS**

Início do ano de 2025

Novas manifestações da crise mundial

O ano de 2025 se inicia marcado pela continuidade e agravamento das guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza. A tentativa de golpe de Estado na Coreia do Sul evidenciou o quanto a crise mundial vem se ampliando. Mas, foi a queda do regime de Bashar al-Assad na Síria que mais projeção teve, uma vez que faz parte dos confrontos no Oriente Médio, que vêm estremecendo a região desde a intervenção do Estado sionista de Israel contra os palestinos em outubro de 2023. Na Europa, a autorização dos Estados Unidos ao governo ucraniano de usar mísseis capazes de atingir a Rússia recrudescer a guerra. A aliança imperialista, chefiada pelos Estados Unidos, fez do povo ucraniano bucha de canhão, objetivando avançar sobre o terreno outrora controlado pela ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e cercar econômica e militarmente a Rússia. A guerra atravessou de 2022 a 2024, e adentra 2025.

A Ucrânia se encontra arruinada, sem capacidade própria para vencer o poderio militar da Rússia e ainda mais dependente do fornecimento de armas e recursos financeiros despejados pelos Estados Unidos e União Europeia. Ainda se encontra pendente a única via possível de derrotar a Rússia, que é a da intervenção direta da OTAN e, portanto, também das Forças Armadas norte-americanas. O que desencadearia uma guerra europeia, cujo alcance internacional movimentaria forças no sentido de uma terceira guerra mundial.

Os acontecimentos no Oriente Médio confluem para esse curso, uma vez que os Estados Unidos sustentam a ampliação da intervenção de Israel na Faixa de Gaza e no Líbano. Com a derrubada de Assad e a constituição do governo da Organização pela Libertação do Levante (HTS), que foi apoiada pela Turquia, Catar, Emirados Árabes etc., se fortalecerão os Estados Unidos e o Estado sionista de Israel. É claro que esse enorme desequilíbrio a favor do imperialismo dependerá da luta das massas árabes contra o endurecimento da opressão nacional no Oriente Médio. O mais provável é que a curto prazo se fortalecerão as forças capitalistas que se valem da dominação e do saque dos povos mais indefesos, como no caso dos palestinos, libaneses e sírios.

Os sintomas mais visíveis das confrontações indicam que a escalada bélica continuará em ascensão. Em sua base se encontra a crise econômica geral do capitalismo. Os Estados Unidos estão no seu epicentro desde a derrocada financeira de 2008 e a recessão mundial de 2009. Sob o governo Biden, a guerra comercial contra a China foi acompanhada de uma ampla movimentação militar no Sudeste Asiático. A guerra na Ucrânia emergiu nesse marco.

A vitória de Trump consubstancia a arremetida da fração imperialista norte-americana ainda mais voltada à guerra comercial. A volta do republicano ao poder ocorre quando a Europa se acha espremida pela estagnação e pressionada pelas tendências recessivas. Os abalos políticos na Alemanha e na França – os dois pilares da União Europeia – são reflexos da decomposição econômica agravada pela guerra na Ucrânia. Há expectativa do que fará Trump para cumprir sua promessa eleitoral de pôr fim à guerra por meio de um acordo mediado pelos Estados Unidos.

As vantagens obtidas pelos Estados Unidos não os subtraíram da condição de epicentro da crise mundial. É o que explica

também a crise política que se manifesta na divisão interburguesa entre democratas e republicanos. A derrota eleitoral da candidata Kamala Harris, por ter sido fragorosa, deu os poderes congressuais que Trump necessita para pôr em prática seus objetivos internos e externos. Já diplomado e próximo da posse presidencial, Trump apresentou alguns dos objetivos mais contundentes, que trazem à tona a necessidade dos Estados Unidos exercerem seu poder mundial garantido pelas armas. Declarou que não descarta o uso de força militar para tomar o controle do Canal do Panamá e da Groelândia. Em suas palavras: “O Canal do Panamá foi construído para nosso Exército. Ele é vital para nosso país. Ele está sendo operado pela China. Mas nós demos o Canal do Panamá ao Panamá. Não o demos à China”. Quanto à Groelândia: “Precisamos da Groelândia para fins de segurança nacional. Há 45 mil habitantes lá. Essas pessoas nem sequer sabem se a Dinamarca tem ou não algum direito legal. Mas, se ela tiver, deveria abdicar dele”.

Trump foi mais longe, revelando as ambições expansionistas e anexionistas. Referiu-se ao Canadá e ao México nesses termos: “Se o Canadá se fundisse com os Estados Unidos, não haveria tarifas, os impostos cairiam e eles estariam totalmente seguros da ameaça dos navios russos e chineses. Juntos que grande nação seríamos. (...) Vamos mudar o nome do Golfo do México para Golfo da América, que tem um belo litoral que cobre um grande território (...)”.

Não são a China e a Rússia, porém, que ameaçam os países e regiões indicadas por Trump, mas sim a necessidade dos Estados Unidos se contraporem ao seu declínio como potência mundial hegemônica recorrendo às ameaças de intervenção militar. Pode-se considerar como palavreado radical de um governo que precisa erguer mais alto possível o nacionalismo imperialista. O que não se pode é desconhecer que na prática os Estados Unidos vêm potenciando a guerra comercial e a escalada militar desde há muito tempo, mas principalmente desde a crise de 2008.

A referência de Trump ao Canal de Panamá e ao Golfo do México diz respeito à orientação imperialista para a América Latina. Estão previstas ações contra a penetração econômica da China no continente latino-americano. O Brasil foi pressionado a não assinar um acordo com a China correspondente à Nova Rota da Seda. O Peru tem sido denunciado como uma porta de entrada de capitais chineses aplicados em infraestrutura, como o gigantesco porto marítimo - complexo portuário de Chancay -, que coloca em risco a influência norte-americana. O cerco à Venezuela será arrojado, objetivando apossar-se da riqueza petrolífera e afastar a China e a Rússia.

Esses acontecimentos e tendências não ocorrem a despeito da luta de classes. As manifestações populares e greves de resistência vêm ocorrendo constantemente em vários países, incluindo os Estados Unidos. Avanços e recuos, nesse sentido, são visíveis. O exemplo mais flagrante é o da luta mundial das massas pelo fim do genocídio do povo palestino e pelo seu direito à autodeterminação. Sem as manifestações populares na Coreia do Sul, o golpe de Estado teria se efetivado. A greve dos metalúrgicos da Volks na Alemanha serviu de sinal para a burguesia e o governo de que o proletariado pode recorrer aos seus métodos próprios de luta. O mesmo se passou com a

CONTINUA →

greve na Boeing nos Estados Unidos. Inúmeros são os protestos na América Latina. Trata-se de uma tendência que se generaliza impulsionada pela decomposição do capitalismo, pelos ataques da burguesia às condições mais elementares das massas e ao avanço da opressão nacional. A vanguarda com consciência de

classe necessita compreender e avaliar o desenvolvimento da crise mundial para melhor lutar pelo programa de reivindicações dos explorados e das nações oprimidas sob a estratégia da revolução social. ■

Declaração do Partido Operário Revolucionário de início de ano

Em defesa das condições de trabalho e existência da maioria oprimida

Combater as contrarreformas burguesas que golpeiam a maioria explorada

Capital financeiro exige que Lula vá mais a fundo em sua contrarreforma

Direções sindicais se calam e submetem as organizações dos trabalhadores ao pacote antinacional e antipopular de Lula, do Congresso Nacional e dos banqueiros

Pela convocação de um Dia Nacional de Luta em defesa de um programa próprio de reivindicações dos explorados e pela derrubada das contrarreformas!

No final do ano, o Congresso Nacional aprovou os aspectos fundamentais da contrarreforma arquitetada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), e pela ministra do Planejamento, Simone Tebet (MDB). Apesar do capital financeiro exigir cortes mais drásticos de “despesas” do governo, as medidas aprovadas são um duro ataque à maioria trabalhadora, aos aposentados, aos pensionistas e aos que dependem da assistência social para sobreviver. As propostas que diziam respeito à isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5000,00 e à taxação aos milionários foram anunciadas para desviar o impacto do pacote que recairia sobre os explorados, e como forma de dar um argumento à burocracia sindical, que capitularia.

Os deputados exerceram, como sempre, a chantagem política de só votar o pacote após a liberação das emendas parlamentares. O jogo envolveu Lula e o Supremo Tribunal Federal (STF). O presidente da República ordenou o pagamento das emendas parlamentares retidas desde agosto, mesmo após a lei por ele sancionada que previa a “transparência” e “rastreadibilidade”. Colocou nas mãos do ministro do STF, Flávio Dino, a decisão de retirada da proibição de pagamento. O presidente da Câmara de Deputados, Artur Lira, exigiu que Lula cumprisse o acordo em torno às emendas de comissão para que obtivesse votos favoráveis ao pacote de Haddad/Tebet. Dino, por sua vez, com ares de honestidade, depois de aprovado o pacote, procurou criar uma série de condições, que deveriam ser respeitadas, causando atritos entre Câmara de Deputados, Senado e Governo. Mas tudo durou pouco. Isso porque, a quase totalidade das emendas foi liberada e os parlamentares honraram o compromisso com o governo e votaram o pacote de Lula e do capital financeiro.

No final das contas, quem arcará com os custos tanto do pacote fiscal de Lula quanto das emendas parlamentares de Lira serão os trabalhadores. Quem ganhará com essas medidas serão os parasitas do Tesouro Nacional, que são os banqueiros, capitalistas em geral e os politiquês que comandam o País.

Duas contrarreformas continuam golpeando os trabalhadores

A contrarreforma trabalhista de Temer foi e tem sido um duro golpe para as massas trabalhadoras. Depois de sete anos de vigência, são visíveis seus efeitos catastróficos após a liquidação de conquistas contidas na CLT: imposição dos contratos temporários, avanço da terceirização para todas as funções da produção fabril e serviços públicos, legalização do trabalho intermitente e precarização das condições de trabalho, com a eliminação de antigos direitos. Hoje, a queda provisória das taxas de desemprego se dá à custa do crescimento da informalidade, terceirização e contratos temporários/intermitentes.

Os capitalistas tiveram seu pleito atendido, porque há muito exigiam uma quebra drástica de direitos trabalhistas e maior licenciosidade para demitir e contratar mão-de-obra. A ditadura civil de Temer, instalada após o impeachment de Dilma Rousseff, pôde agraciar a classe capitalista, porque não encontrou nenhuma resistência das direções sindicais e políticas, inclusive das que se reivindicam de esquerda, que se limitaram ao palavreado contrário à reforma trabalhista.

Bolsonaro não só deu seguimento à reforma trabalhista como impôs a contrarreforma da Previdência. Após cinco anos, suas consequências foram e são terríveis aos trabalhadores, que passaram a maior parte da vida na labuta e se depararam com regras draconianas para a obtenção da aposentadoria. Bolsonaro, como outros governos, diante das mudanças nas aposentadorias, estabeleceu quatro regras de transição. Duas delas passam a valer a partir de 2025. 1) Na reforma da previdência de Dilma Rousseff, criou-se o sistema de pontuação, ou seja, a soma da idade com os anos de contribuição, 85 pontos para as mulheres e 95 para os homens. Agora, essa pontuação é acrescida, 92 para as mulheres e 102 para os homens; 2) pela segunda regra de transição, aumentou-se,

também, a idade mínima para pedir a aposentadoria, ampliando seis meses para homens e mulheres, para atingir 65 anos e 62 anos, respectivamente, em 2031, bem como, o tempo de contribuição de 35 e 30 anos.

As direções sindicais, mais uma vez, se mantiveram encolhidas diante da reforma da previdência. Usaram a pandemia para fechar os sindicatos e se colocar no mundo virtual. Sem a luta direta nas ruas, a reforma da previdência vem ganhando terreno com a adoção de mais regras de transição. Mas o problema não vai poder parar aí, pois já está no radar a exigência de nova reforma da previdência. Os únicos penalizados têm sido os assalariados.

Como o subemprego e a informalidade são dominantes, os trabalhadores chegam à velhice sem alcançar a aposentadoria. Os capitalistas e, em particular, os banqueiros e credores da dívida pública acusam o sistema previdenciário como o principal responsável pelo déficit primário. Os próximos passos das contrarreformas, iniciadas já no governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e ampliadas nos governos de Temer e Bolsonaro, se dirigirão contra os trabalhadores que dependem do sistema estatal de previdência.

Os governos de diferentes partidos políticos - de direita, ultradireita e tidos como de centro-esquerda - foram responsáveis por mudanças nas aposentadorias. No governo de Fernando Henrique, criou-se para o funcionalismo público a idade mínima para homens e mulheres, e para os trabalhadores da iniciativa privada se estabeleceu o fator previdenciário, cálculo que leva em conta a idade e o tempo de contribuição. No governo Lula, em 2003, eliminou-se a possibilidade de aposentadoria integral pelo último salário para os servidores públicos que entraram após essa data, sendo que o benefício passou a ser calculado pela média de contribuição. Elevou-se a idade mínima para 55 e 60 anos para mulheres e homens, respectivamente. No governo Dilma, introduziu-se a regra de pontos 85 mulheres e 95 homens, idade mais tempo de contribuição. Como a soma é progressiva, estava em 86/96 pontos. A reforma da Previdência de Bolsonaro dá mais um salto, ampliando a idade mínima para a concessão da aposentadoria, o tempo de contribuição e acabando com as aposentadorias que se valiam da regra da idade mínima.

Como se vê, nesse pequeno percurso histórico, o direito à aposentadoria estatal foi se extinguindo e abrindo caminho para o sistema de previdência privada, de alta rentabilidade para os bancos e fundos de investimentos. Ocorre que a imensa maioria é de assalariados que dependem do INSS, controlado pelo Estado e que é utilizado para favorecer os capitalistas com subsídios. A desoneração da folha de pagamento, aprovada em 2012, no governo de Dilma Rousseff, foi um atentado contra a Previdência estatal. Reduziu a contribuição previdenciária patronal de 20% sobre a folha de pagamento para alíquotas que vão de 1% a 4,5% sobre a receita bruta das empresas. O governo petista protegeu os capitalistas, diminuindo drasticamente a sua responsabilidade com a aposentadoria dos trabalhadores.

De Fernando Henrique Cardoso ao terceiro mandato de Lula, a burguesia brasileira, de mãos dadas com o capital imperialista, vem se protegendo das crises econômicas conjunturais e da decomposição estrutural do capitalismo, destruindo antigas conquistas do proletariado por meio de contrarreformas antinacionais e antipopulares.

Nova contrarreforma fere na carne milhões de explorados

No final do ano, foi aprovada a coluna vertebral do pacote fiscal do governo Lula. Trata-se de um conjunto de medidas vinculadas ao salário mínimo. Assim, Lula decretou o novo valor do

salário mínimo, que passou a ser de R\$ 1.518,00. Pelo critério aprovado, a correção do salário mínimo seguiu as regras anteriores: reajuste de acordo com a inflação, mais o crescimento do PIB de dois anos anteriores. A “valorização” do salário mínimo, promessa dos três mandatos de Lula, previa ainda um aumento real. No último ano do governo Bolsonaro, o salário mínimo era de R\$ 1.212,00. Lula seguiu as regras e concedeu um aumento, passando para R\$ 1.412,00. Pela nova contrarreforma, o aumento real ficou engessado, ou seja, só pode ser de 0,6% a 2,5%. A tal da “valorização”, que segundo o governo obteve um ganho real de 77% em seus mandatos anteriores, desce ladeira abaixo, com um aumento limitado ao teto de 2,5%, em 2025.

Lula demagógicamente lamentou a interrupção da “valorização” do salário mínimo nos governos de Temer e Bolsonaro. Retomou a antiga promessa com elevação de R\$ 200,00 no valor do salário mínimo. Agora, apesar de ter exaltado os êxitos obtidos com a queda das taxas de desemprego, com a redução da pobreza e com o crescimento da economia, se viu na contingência de desacelerar a promessa de aumento real.

Pressionado pelos credores da gigantesca dívida pública, Haddad e Tebet armaram um novo pacote econômico, para assegurar os compromissos com o pagamento dos juros e amortizações dessa dívida, que alcançou o patamar de R\$ 7,204 trilhões. No entanto, ao invés de ser a dívida pública foi o salário mínimo que esteve no centro do novo pacote.

Além de continuar com as contrarreformas de Temer e Bolsonaro, o governo negociou no Congresso Nacional um conjunto de medidas que fere na carne a maioria dos assalariados. O reajuste miserável do salário mínimo condena 59 milhões de trabalhadores a continuarem padecendo da fome. O valor do salário mínimo é utilizado para o pagamento aos 19 milhões de aposentados e pensionistas, aos 4,7 milhões que dependem do Benefício de Prestação Continuada (BPC), aos 7,3 milhões que usaram o seguro-desemprego e para cerca de 240 mil pessoas que tiveram o direito ao abono salarial. Foi uma medida cruel para os milhões de trabalhadores, aposentados, pensionistas e para os que dependem do assistencialismo governamental.

Mais uma vez, os governos não encontram obstáculos. A maioria das direções sindicais lamentou o fato de interromper ou quase estagnar a “valorização” do salário mínimo. Pediu “pelo amor de deus” a Lula que tivesse o bom senso para corrigir esse ponto e se contentou com a possibilidade de isenção do imposto de renda para uma camada da população e com a taxação dos ricos. Como esse ponto não foi colocado em votação no Congresso Nacional, a euforia teve fôlego curto. Agora, nada mais se fala sobre o pacote antitrabalhador de Lula. Na realidade, essas direções prepararam novamente suas energias para assegurar a governabilidade de Lula, para que possa se manter no poder nas próximas eleições presidenciais.

Romper essa camisa de força

O bloqueio das direções sindicais à luta tem sido gigantesco. Faz parte desse bloqueio a ausência de assembleias, a falta de democracia nas assembleias e em outras instâncias de decisão do sindicato, a dificuldade de se constituir as oposições classistas em função do controle burocrático, que chega ao nível de perseguição política aos opositores, a presença dominante da política de conciliação de classes e as fortes ilusões democráticas alimentadas diariamente por essas direções. Por outro lado, esse bloqueio acaba beneficiando os capitalistas e os governantes, que estão livres para impor as contrarreformas e os acordos de rebaixamento salarial, demissão e eliminação de direitos.

Está aí um caminho espinhoso, que necessita ser varrido para

recuperar os sindicatos à luta de classes. Para isso, é preciso que a vanguarda com consciência de classe tome para si a tarefa da defesa de um programa de reivindicação próprio dos explorados, que tenha como pilar a defesa dos empregos, salário mínimo vital, direitos e o combate pela derrubada das contrarreformas dos governos. Combate este que só pode se dar no terreno da classe operária, que é a luta direta. Esse trabalho classista vem sendo travado pelo

Partido Operário Revolucionário, por meio de seus instrumentos de luta: o Jornal Massas e o Boletim Nossa Classe. Denunciamos o colaboracionismo da burocracia sindical corrompida e defendemos que as centrais, sindicatos e movimentos rompam com o governo e convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações de rua, para unir os explorados em torno ao seu programa próprio de reivindicação.

Como o governo Lula serve à burguesia

Como os trabalhadores devem responder

O capital financeiro criticou as limitações do pacote fiscal montado por Haddad/Teбет e aprovado no Congresso Nacional. Os parasitas da dívida pública não só foram duros em palavras como acionaram sua capacidade de interferir imediatamente na economia. Elevaram a cotação do dólar a R\$ 6,18, uma alta de 27%. Disseram os analistas que há razões externas vindas dos Estados Unidos, mas que houve internamente um “acirramento das preocupações do mercado com o cenário brasileiro”. Uma onda de envio de dólares para o exterior causou escassez no mercado interno e uma abrupta elevação de seu valor.

Não há como ocultar que os controladores do capital financeiro aproveitaram o clima da crise política para provocar a desvalorização do Real. Certamente, o capital parasitário se utiliza dos desequilíbrios econômico-financeiros para ganhar mais. Há expectativa do que poderá acontecer nos Estados Unidos com a posse de Donald Trump, que prometeu ampliar o protecionismo em detrimento não só da China como também da Europa e da América Latina. O Brasil se encontra em meio à guerra comercial dos Estados Unidos com a China, que deverá sofrer uma nova escalada.

O Banco Central, que com sua ‘independência’, se tornou ainda mais subordinado aos interesses do capital financeiro, elevou a Selic para 12,25% e indicou que poderá chegar brevemente a 15%. A elevação do valor do dólar e das taxas de juro se contrapõe ao crescimento econômico e, ao mesmo tempo, impulsiona a inflação.

O capital financeiro exigiu de Lula e do Congresso Nacional que adotassem o denominado Arcabouço Fiscal em substituição ao Teto de Gastos criado no governo Temer. O que exigia e exige dar continuidade às contrarreformas voltadas a facultar aos capitalistas maior exploração da força de trabalho e, aos governos, menores gastos públicos com os serviços sociais.

No primeiro caso, o êxito em favor dos exploradores se verifica concretamente na liquidação de antigas conquistas trabalhistas e sindicais da classe operária e dos demais trabalhadores.

No segundo, o êxito pretendido implica eliminar o déficit primário e elevá-lo a um patamar que garanta estabilidade à dívida pública e, portanto, o pagamento de juros e amortizações.

O capital financeiro define vulgarmente as medidas de implementação do Arcabouço Fiscal como “cortar na própria carne”. Em outras palavras, o pacote de Haddad/Teбет não teria cortado o suficiente, segundo os cálculos dos parasitas da dívida pública. Aplaudiram com reservas a mudança de critério de reajuste do

salário mínimo. Para ser consequente, era preciso desvincular do salário mínimo os reajustes referentes aos gastos públicos como aposentadoria, saúde, educação e benefícios aos miseráveis. Desta vez, as contrarreformas de Lula não puderam chegar a esse ponto, porque seria a morte política definitiva do lulismo.

O pacote de Haddad/Teбет, pelo visto, foi dosado para garantir o critério estipulado pelo Arcabouço Fiscal de não atingir um déficit fiscal superior a 0,37% do PIB. Na avaliação do ministro da Fazenda, não passará de 0,1%. O que demonstra o compromisso do governo de atender aos requisitos de estabilidade das contas públicas. Haddad acenou, para tranquilizar os grandes capitalistas, que novas medidas virão no ano que se adentra. A dosagem dependerá do crescimento econômico e do ritmo de avanço da dívida pública que, em 2024, foi calculada em 76,6% do PIB. Segundo o governo, o crescimento econômico continuará acima dos 3%. Outras estimativas indicam abaixo de 3%. E se fala em uma combinação explosiva de estagnação com inflação (estagflação).

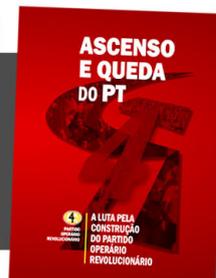
Tudo indica que o capital financeiro manterá a pressão sobre o governo e o Congresso Nacional para que dê mais algum passo no rol das contrarreformas. Nesse marco, se potencia a crise política, que reflete as divisões interburguesas em volta das medidas anti-nacionais e antipopulares. O problema está em saber qual será a reação dos explorados. As direções sindicais se adaptaram direta ou indiretamente ao curso das contrarreformas adotado no governo Lula. O crescimento econômico de 3,6% e queda do desemprego para a taxa de 6,1% obscureceram o teor antioperário e antipopular do pacote do governo. A quase totalidade da burocracia sindical se valeu desses dados estatísticos para apoiar a política econômica do governo de frente ampla, regido por Lula. Pôde, assim, desconhecer as violentas consequências da manutenção do salário mínimo de fome e dos cortes de recursos públicos destinados à população – saúde, educação, moradia.

A realidade para as massas trabalhadoras, no entanto, é dramática. O IBGE divulgou o censo demográfico de 2022, mostrando que 16 milhões de brasileiros vivem em 12,3 mil favelas, que agora passaram a ser denominadas de “comunidades urbanas”. O Cadastro Único de Programas Sociais reconheceu que os moradores de rua passaram de 261.653 em 2003 para 327.925 em 2024. Outros dados sintomáticos são o aumento da violência policial e dos assassinatos. Repete-se a conhecida constatação de que jovens e crianças negras são as mais atingidas pela miséria, fome e violência. Não se pode desvincular, como tem feito a burguesia e seus

ADQUIRA ▶

COM NOSSO DISTRIBUIDOR DE MASSAS









representantes, essas manifestações sociais das contrarreformas que, em grande medida, são concebidas em função da gigantesca dívida pública. A burocracia sindical, ao servir o governo burguês de Lula, torna-se cúmplice do capital financeiro e da reprodução ampliada do parasitismo.

A bandeira da classe operária deve ser, portanto, a de “Abaixo as contrarreformas de Temer, Bolsonaro e Lula”. Bandeira essa que encabeça o programa de reivindicação de emprego a todos, redução da jornada sem redução de salários, fim da terceirização, dos contratos temporários, do trabalho intermitente, salário mínimo vital, não pagamento da dívida pública, expropriação e estatização do capital financeiro. Essas reivindicações estão na base da organização de um movimento nacional de Oposição Revolucionária ao governo burguês de Lula. É pela via da luta de classes que os trabalhadores resistirão às contrarreformas, ao avanço da pobreza e à tragédia da fome.

A vanguarda com consciência de classe tem o dever de lutar pelo rompimento dos sindicatos, centrais e movimentos com os governos da burguesia. Está posta a luta nas organizações dos trabalhadores, nas fábricas, outros locais de trabalho e nos movimentos pela convocação de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações de rua, em defesa do programa próprio dos explorados. Um Dia Nacional de Luta que seja o ponto de partida de um poderoso movimento de defesa da vida das massas trabalhadoras.

O Cadastro Único de Programas Sociais reconheceu que os moradores de rua passaram de 261.653 em 2003 para 327.925 em 2024. Outros dados sintomáticos são o aumento da violência policial e dos assassinatos. Repete-se a conhecida constatação de que jovens e crianças negras são as mais atingidas pela miséria, fome e violência. Não se pode desvincular, como tem feito a burguesia e seus representantes, essas manifestações sociais das contrarreformas que, em grande medida, são concebidas em função da gigantesca dívida pública. A burocracia sindical, ao servir o governo burguês de Lula, torna-se cúmplice do capital financeiro e da reprodução ampliada do parasitismo.

Hipocrisia democrática

Lula e uma parcela do Supremo Tribunal Federal (STF) mal conseguiram realizar um ato de condenação da tentativa de golpe de Estado em 8 de janeiro de 2023 e defesa da democracia. Os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco, e da Câmara de Deputados, Arthur Lira, se negaram a comparecer. A cúpula militar somente se fez presente devido às negociações com o ministro da Defesa, José Múcio. A maioria dos partidos rechaçou ou desconsiderou a solenidade. As centrais e sindicatos mais vinculadas ao governo não se empenharam ou não conseguiram mobilizar um significativo contingente a Brasília. Pelo visto, o MST teve melhor empenho. No final das contas, o ato político se mostrou raquítico quanto ao número de participantes e insignificante quanto ao seu conteúdo político.

A imprensa burguesa como um todo desdenhou e zombou de Lula, do PT e de seus aliados. Poucos representantes da política burguesa se mostraram interessados em apresentar os fatos e as ações de Bolsonaro, militares, políticos e empresários que estão à disposição pública e que comprovam que houve uma tentativa de golpe fracassada. Não se poderia esperar, nem mesmo do PT e seus aliados de esquerda, que alguém desse meio político decomposto mostrasse as raízes da crise política que há décadas abala o País e que permite que forças cheguem às raízes de um golpe militar, esquecendo-se dos 21 anos de ditadura dos generais, que foi de 1964 a 1985.

As Forças Armadas continuam a venerar o golpe dirigido pelo marechal Humberto Castelo Branco. O fim da ditadura e o retorno à democracia se realizaram sobre a base de um acordo de preservação dos responsáveis pelo golpe, pelos anos de terror, pelas torturas e pelos assassinatos. O maior fracasso no sentido de “passar a limpo” a ditadura se deu no governo de Dilma Rousseff, momento em que se criou a Comissão da Verdade, em novembro de 2011. Nem mesmo o torturador, coronel Carlos Brilhante Ustra, pagou por seus crimes hediondos.

Dilma Rousseff acabou sendo defenestrada em seu segundo

mandato por um golpe institucional, que possibilitou que seu vice, Michel Temer, exercesse uma ditadura civil transitória, para, em seguida, abrir caminho à eleição do obscuro ultradiretista Jair Bolsonaro. As portas da prisão se abriram a Lula em meio à crise do governo fascizante. Sua vitória eleitoral foi apertada, combatida por métodos antidemocráticos e sua posse, ameaçada por um golpe orquestrado no interior do governo Bolsonaro, com a participação de partidos políticos, mais ou menos diretamente, e de homens do poder econômico.

Nem mesmo a revelação pela Polícia Federal de que os generais Braga Neto e Mário Fernandes e os tenentes-coronéis Hélio Ferreira Lima, Rodrigo Azevedo e Rafael Martins de Oliveira, entre outros, planejaram o golpe e, inclusive, o assassinato de Lula, Alckmin e Alexandre de Moraes foi levada em consideração pelo Congresso Nacional diante da realização do ato de 8 de janeiro de 2025.

O fato é que os golpistas continuam fortemente implantados nas instituições estatais e em organizações empresariais. Os processos, julgamentos e prisões, incluindo militares de alta patente, não erradicam o golpismo e ocultam suas raízes. A classe operária, camponeses, camadas da classe média arruinada e juventude oprimida ficaram à margem desses acontecimentos, servindo tão somente de instrumentos eleitorais. As direções sindicais, subordinadas ao eleitoralismo e ao democratismo burguês, mostraram sua impotência diante da ultradireita e da tentativa de golpe.

A ausência de organização independente do proletariado facultou à burguesia resolver suas divisões políticas tanto por meios democráticos quanto por antidemocráticos. O combate às forças ditatoriais e fascizantes que emergem nas entranhas do poder econômico da burguesia somente pode ser travado pela maioria oprimida sob a direção da classe operária.

A resposta ao golpismo deve ser dada pelas organizações dos explorados, que podem colocar em pé um Tribunal Popular, para investigar e punir os crimes do governo Bolsonaro.

Dois anos de governo do ultradireitista Tarcísio de Freitas em SP:

O reforço do Estado policial

Histórico desde a ditadura

O governador Tarcísio de Freitas/Republicanos quebrou uma longa trajetória de domínio do PSDB em SP. Antes, durante a ditadura militar, governaram o estado Ademar de Barros/PSP (1963-66), Laudo Natel/ARENA (1966-67), Abreu Sodré/ARENA (1967-71), Laudo Natel novamente (1971-75), Paulo Egydio Martins/ARENA (1975-79), Paulo Maluf/ARENA-PDS (1979-82) e José Maria Marin/PDS (1982-83). Como se vê, houve um predomínio do partido criado para ser um sustentáculo da ditadura, a Aliança Renovadora Nacional (o PDS foi uma espécie de herdeiro do ARENA). Coube a Franco Montoro ocupar o cargo durante a chamada “redemocratização”, entre 1983-87, estando ligado nesse momento ao PMDB, que se formou como continuidade do MDB, partido que fazia uma oposição burguesa durante a ditadura, nos marcos determinados pelos generais. Os sucessores de Montoro também pertenciam ao PMDB: Orestes Quércia (1987-91) e Luiz Antônio Fleury Filho (1991-95).

Findado o mandato de Fleury, assumiu o primeiro da lista de governadores do PSDB, Mário Covas, entre 1995 e 2001 (dois mandatos consecutivos). Com o falecimento de Covas em março de 2001, ascende Geraldo Alckmin, que era seu vice. Este, eleito em 2002, permaneceu até 2006, quando concorreu à presidência do país (tendo sido derrotado por Lula). Foi brevemente substituído por Cláudio Lembo, à época filiado ao PFL. Em 1º de janeiro de 2007, José Serra assumiu o governo estadual, permanecendo até 2010, se afastando para disputar a presidência, como fizera Alckmin na disputa anterior. Sendo assim, foi substituído por Alberto Goldman (também do PSDB) até o fim do mandato. Depois, Alckmin retornou ao governo, para dois mandatos consecutivos, entre 2011 e 2018. Renunciou em abril deste ano, para novamente disputar (e perder) a presidência da República – quem assumiu interinamente foi Márcio França, do PSB (atual partido de Alckmin, que ocupa a vice-presidência no mandato de Lula). João Doria venceu a eleição em 2018, assumindo no começo de 2019, tendo permanecido até abril de 2022, quando se retirou para disputar a Presidência (acabou desistindo cerca de um mês após). Rodrigo Garcia/PSDB, que era seu vice, assumiu o governo até entregar o cargo a Tarcísio de Freitas, em 1º de janeiro de 2023. Foram, portanto, 28 anos de PSDB em São Paulo.

Ditadura de classe da burguesia

Do ponto de vista de classe, todos – não só os tucanos - realizaram governos burgueses, repressivos e privatistas. Isto é, na essência, todos estiveram voltados a proteger os grandes capitalistas. A diferença entre eles foi de grau. O que não significa que essas diferenças possam ser ignoradas. Montoro e seus sucessores tiveram de passar um verniz democrático na máquina herdada dos anos de chumbo. Como exemplo, pode-se citar a manutenção e até o reforço de um dos destacamentos mais sanguinários da polícia, a Rota (Rondas Ostensivas Tobias Aguiar), criada nos anos 1970 para combater a resistência armada ao regime ditatorial. Esse aparato foi preservado – existe até hoje – em pleno “Estado Democrático de Direito”. O que demonstra que, mesmo sob o regime burguês mais democrático, o Estado segue exercendo seu papel de ditadura de classe nas mãos dos capitalistas. O que ocorre é que, conforme avança ou retrocede relativamente a crise social, refle-

xo da decomposição do capitalismo, os governos recrudescem ou distendem as amarras do aparelho repressivo, de acordo com os interesses da classe dominante.

O ultradireitista Tarcísio

Tarcísio fez carreira militar, tendo atingido a patente de capitão. Serviu, entre 2005 e 2006, na Minustah, força militar de intervenção imperialista no Haiti. O atual governador foi eleito na onda do bolsonarismo. Este, por sua vez, foi alçado ao poder no contexto do golpe institucional que derrubou Dilma Rousseff, em 2016, que coincidiu com o declínio do PSDB nacionalmente, após sucessivas derrotas eleitorais para o PT. Ambos, Tarcísio e Bolsonaro, expressam - em que pese as diferenças pontuais - as tendências fascizantes da burguesia, tendências que, mesmo sob o regime dito “democrático”, continuam existindo como uma semente. A desagregação econômica e o acirramento da luta de classes obrigam a burguesia a alimentar esse gérmen, como medida de autopreservação. Em última instância, trata-se da defesa da propriedade privada dos meios de produção.

No caso do governo Tarcísio, o homem selecionado para cumprir essa função foi o secretário da Segurança Pública, Guilherme Derrite (policia militar da reserva e deputado federal pelo PL, indicado por Eduardo Bolsonaro, filho do ex-presidente), e a forma empregada foi a de dar um salvo-conduto às forças policiais para ampliar a carnificina sobre os explorados nas ruas de São Paulo. O bode expiatório foi o crescimento da criminalidade, fenômeno que manifesta a decomposição social criada pelo próprio capitalismo. Em outras palavras, a burguesia, hipocritamente, fala em combater uma chaga que acomete os oprimidos, omitindo que é ela mesma a parteira dessa desgraça. A classe média, temendo perder seu quinhão, acaba servindo de base social para as tendências fascizantes – e, a partir da classe média, essas ideias se espalham até as camadas sociais mais pauperizadas.

No entanto, a ação de Tarcísio não se limita ao suposto combate à criminalidade. O ultradireitista tem lançado seus policiais contra as greves e manifestações oposicionistas: foi o caso dos protestos de estudantes e professores contra os leilões de escolas na Bolsa de Valores; das manifestações da juventude contra o Programa de Escolas Cívico-Militares; dos atos contra o Projeto de Lei que retirava verbas da Educação etc. Nesse caso, pode-se verificar, sem qualquer disfarce, a utilização do aparato repressivo do Estado para garantir a concretização dos planos privatistas do governador.

O sanguinário Derrite

Sob a gestão de Derrite, as estatísticas de violência policial explodiram: dados do Ministério Público (Gaesp-MPSP) mostram 737 mortes cometidas por agentes em 2024, em serviço e de folga, um salto de 60% em relação a 2023. Essa situação não pôde ser simplesmente ignorada. Veio à tona uma série de casos, registrados por câmeras, e acabaram ganhando a mídia, forçando Tarcísio e Derrite a se pronunciarem. Foram vários episódios: um homem foi flagrado sendo jogado do alto de uma ponte por um policial, no bairro Cidade Ademar; um estudante de medicina foi morto pela polícia dentro de um hotel, após o jovem ter desferido um tapa no retrovisor da viatura; o menino Ryan da Silva, de apenas 4 anos, foi atingido no Morro de São Bento, em Santos, por um disparo

que comprovadamente partiu da arma de um PM; um homem de 26 anos, que estava fugindo com pacotes de sabão furtados de um mercadinho, recebeu 11 tiros nas costas, disparados também por um PM, no bairro Jardim Prudência, na zona sul de São Paulo; PMs agrediram pessoas que estavam no velório de dois jovens mortos supostamente em confronto com a polícia na véspera; em julho de 2024 teve início a Operação Escudo, que aterrorizou o Guarujá, levando a 28 mortes; pouco antes, em fevereiro do mesmo ano, a Operação Verão, em Santos, deixou um saldo oficial de 56 assassinados pela polícia na região. Esses são apenas alguns dos casos, que emergiram de um mar de barbaridades cometidas cotidianamente. É preciso considerar que a subnotificação é grande, dado o medo das vítimas em denunciar.



Com Tarcísio e Derrite, PM de São Paulo matou 737 pessoas em 2024, 60% a mais do que em 2023

Nesse percurso, acabou se destacando a questão das câmeras corporais dos policiais. Tarcísio, que havia desqualificado o aparato, teve de rever suas declarações, tamanho foi o impacto negativo da repercussão midiática do aumento da violência estatal. Teve de frisar que eram “casos isolados” ou “desvios de conduta”, e que estaria “convencido” da necessidade de manter e até ampliar o recurso às câmeras. Falou em melhorar a “formação” dos agentes de segurança. Enfim, o objetivo de livrar a Corporação da pecha de assassina ficou evidente. Derrite chegou a balançar no cargo, mas não caiu.

A falência das esquerdas

Como resposta ao recrudescimento do Estado policial, as esquerdas reformista e centrista se limitaram às denúncias. A violência policial, que atinge principalmente os pobres e negros, foi apontada como resultado da política da dupla ultradireitista Tarcísio-Derrite. O que é apenas meia-verdade: é certo que a ascensão do novo governo, francamente defensor do aparato repressivo, levou a um incremento da violência. O problema está no ocultamento das raízes da opressão, que é o modo de produção capitalista. O resultado desse ocultamento é trágico, pois leva ao reforço das ilusões democráticas no seio das massas. Uma demonstração concreta disso pôde ser vista na campanha de Guilherme Boulos/PSOL à Prefeitura da capital paulista, quando o ex-líder do MTST defendeu abertamente o fortalecimento da Guarda Civil Metropolitana. O que, na verdade, não é nenhuma grande novidade: há tempos o reformismo vem falando em uma “formação mais humana” para as polícias – ignorando o papel histórico da força policial como cão de guarda da burguesia. É o mesmo erro que se comete ao se falar em “desmilitarização” – como se isso bastasse, e como se os inúmeros casos de violência praticados pela GCM, só para citar o exemplo de SP, não desmentissem a tese.

Durante esses dois anos da gestão Derrite, não faltaram posicionamentos nesse sentido das esquerdas e das burocracias sindicais, embora, na prática, não tenham movido uma palha sequer no sentido da mobilização dos explorados contra a violência policial. Um exemplo emblemático dessa postura da esquerda é o do assassinato de João Alberto, um trabalhador negro, nas dependências do supermercado Carrefour, em Porto Alegre, em novembro de 2020, em plena pandemia. À época, várias manifestações antirracistas explodiram espontaneamente em todo o país. Pouco tempo antes (em maio), havia ocorrido o assassinato de George Floyd,

nos EUA. Entre os assassinos de João Alberto se encontrava um policial temporário da Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Recentemente, em dezembro de 2024, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul determinou a soltura dos acusados pelo crime. E qual foi a resposta das esquerdas e, principalmente das direções do movimento negro (dominadas pelo reformismo e pelo centrismo)? A resposta foi o mais aviltante silêncio.

O mesmo se passou com a onda de assassinatos promovida pelo sanguinário Derrite em SP. As poucas manifestações de rua que ocorreram, principalmente diante das Operações Escudo e Verão, partiram não das direções dos movimentos, dos sindicatos e das esquerdas em geral, mas dos familiares, amigos e da auto-organização a partir dos bairros. O fato de as esquerdas terem se limitado às denúncias se explica pela política de desgaste eleitoral, ou seja, pela estratégia democrático-eleitoral, que exige canalizar a desilusão e o ódio instintivo dos explorados para a via institucional e para as urnas, como se fosse possível transformar o capitalismo em um sistema “mais humano”.

O POR diante do fortalecimento do Estado policial em SP

O Partido Operário Revolucionário responde ao problema da violência aplicando o marxismo: em primeiro lugar, trata-se de diferenciar a violência reacionária da revolucionária. Os reformistas, centristas e pacifistas em geral ocultam o conteúdo concreto, de classe, da violência, rechaçando igualmente a violência praticada pelo opressor àquela exercida pelas massas oprimidas – o que, na prática, significa compactuar com a opressão. A barbárie promovida pelo aparato policial serve à manutenção da propriedade privada, portanto, serve à preservação do sistema de exploração assalariada. Tarcísio e Derrite, nesse sentido, não passam de lacaios da burguesia. Em segundo lugar, cabe caracterizar a polícia como um aparato superestrutural e parasitário (não está associado à produção), à serviço da classe dominante, que deve ser desmantelado, isto é, não pode ser reformado, ou colocado “à serviço da população”. Em terceiro lugar, cabe situar a luta contra a repressão nos marcos do combate ao Estado burguês e ao próprio capitalismo, que é a fonte de onde jorra toda a opressão. Em quarto lugar, cumpre destacar qual é a força social capaz de resistir à violência reacionária da burguesia: somente com as massas exploradas, sob a direção do proletariado, é possível enfrentar o Estado e seu cão de guarda. Quinto lugar: não será com os recursos à Justiça burguesa, nem com os meios institucionais dominados pelos capitalistas, que os oprimidos conseguirão avançar, e sim com os métodos de luta históricos da classe operária, com o método da ação direta, coletiva. Finalmente, é preciso responder a cada manifestação concreta da violência policial, sem deixar de apontar o programa estratégico de defesa do socialismo, pela via da insurreição (revolução armada) e da ditadura do proletariado, a qual se erguerá por cima dos escombros do Estado burguês, inclusive de todo seu aparato repressivo, erguendo em seu lugar as milícias armadas, sob o controle do Estado operário.

Está aí o programa que o POR empunha diante do fortalecimento do Estado policial em SP sob o governo Tarcísio-Derrite. O partido tem insistido na necessidade de ligar a luta contra a repressão ao combate pelas necessidades elementares das massas, principalmente a defesa dos empregos, salários e direitos, em defesa da Saúde e Educação públicas. Está colocada, com urgência, a tarefa para as direções sindicais e políticas: que convoquem o quanto antes um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações massivas de rua. Dessa forma, os trabalhadores e a juventude oprimida poderão não só protestar contra o Estado policial sustentado pelo governador, mas também pela derrubada da contrarreforma aplicada pelo governo Lula/Haddad – bem como pela revogação de todas as contrarreformas aprovadas nos governos Temer e Bolsonaro.

Violência do agronegócio contra comunidades indígenas no Paraná

Na noite de sexta-feira, 3 de janeiro, quatro indígenas Avá-Guarani foram baleados durante um ataque numa área por eles ocupadas, entre as cidades de Guaíra e Terra Roxa. Entre eles, uma criança de 7 anos, um adolescente de 14 anos e dois adultos, que estão internados em estado grave. Não se trata de uma situação isolada, pois, ao longo de 2024, foram pelo menos cinco as investidas dos jagunços dos fazendeiros da região. No último dia de 2024, uma casa da aldeia foi incendiada, e a Força Nacional, presente na região, nada fez para impedir.



Os organismos e associações indígenas vêm denunciando recorrentemente estes graves acontecimentos criminosos e a atuação do governo federal que é absolutamente ineficiente, quando não inerte. De fato, “o governo parece acovardado”, afirmam os atingidos.

De acordo com própria imprensa burguesa, o início das agressões ao direito dessas comunidades se remontaria à construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, entre os anos de 1973 e 1982. Do local escolhido para a construção da usina, houve a retirada de indígenas, e a hidrelétrica inundou milhares de hectares de terras cultivadas e originariamente ocupadas por eles, segundo o relatório final da Comissão Estadual da Verdade do Paraná.

A posse da terra

O motivo da truculência dos fazendeiros é o questionamento pelos indígenas da legalidade da ocupação perpetrada por eles em suas terras. As comunidades Avá-Guarani de Guaíra, Terra Roxa e Altônia denunciam que foram expulsas de suas terras – já exíguas – quando da construção da usina de Itaipu, que alagou suas terras. O território deixou de ser dos indígenas para integrar a área sob controle da usina de Itaipu. Construída durante a ditadura militar, a barragem da hidrelétrica causou a inundações de 1.350 quilômetros quadrados entre o Brasil e o Paraguai em 1982. Boa parte da área era habitada pelos Avá-Guarani, que perderam seu território.

A construção de Itaipu provocou graves violações dos direitos indígenas. O relatório final da Comissão Nacional da Verdade, publicado em 2014, afirma que a construção da hidrelétrica desencadeou uma onda de “esbulho territorial” de áreas dos Avá-Guarani durante a ditadura militar. “O caso de Itaipu é emblemático”, diz o texto. “Após identificar os Guarani do oeste do Paraná enquanto ‘empecilho’ para o projeto de construção da hidrelétrica binacional, [...] o Estado se esforça para removê-los e expulsá-los de suas terras, utilizando-se de uma série de artifícios, inclusive a negação de sua identidade étnica por meio da emissão de ‘laudos de aculturação’.” Hoje, a Itaipu binacional é que de fato tem a soberania sobre essas áreas. A hidrelétrica resolveu judicializar em 2018 o problema, colocando o destino dos indígenas nas mãos da Justiça. Itaipu exige na Justiça a reintegração de posse dos territórios à margem da usina, ocupados pelos Avá-Guarani.

Além disso, o processo demarcatório que estava em curso foi paralisado por uma ação das prefeituras de Guaíra e Terra Roxa, acatada em primeira instância pela Justiça Federal. A continuidade da regularização do território depende de uma decisão final da Justiça nas instâncias superiores. Esta, no entanto, está também suspensa até que o Supremo Tribunal Federal (STF) decida sobre a validade ou não da Lei do Marco Temporal. Aprovada

em setembro de 2023, a tese ruralista determina que só podem ser demarcadas as terras ocupadas por indígenas até 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição.

Os Avá-Guarani foram retirados de suas terras entre 1975 e 1982, período da construção de Itaipu. Em 1988, portanto, já não ocupavam o território que hoje reivindicam. Isso significa que, caso o Marco Temporal seja confirmado, eles perderiam direito às terras.

Do ponto de vista dos indígenas, a situação é a seguinte: ou se “apertam” em três terras reservadas a eles após a construção da usina, ou resistem em sete acampamentos às margens do lago que fornece água para as turbinas da hidrelétrica a fim de reivindicar, na base da luta, a recuperação das terras da etnia.

O relatório do Centro de Trabalho Indigenista (CTI), que serviu de subsídio à CNV, aponta que desde os anos 1940 o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), órgão indigenista oficial da época, já se valia de estratégias para invalidar e reduzir o número de indígenas no oeste do Paraná. O órgão oficial realizou a remoção forçada de famílias Guarani para Rio das Cobras, reserva dos índios Kaingang em Laranjeiras do Sul, no interior do estado, e recusava sistematicamente a emitir documentos de identidade aos indígenas em sua terra tradicional. Muitos acabaram por retirar o RG em outros estados, o que é trazido à tona até hoje como justificativa para alegar que os Guarani não são moradores do Paraná.

Como se comprova, a pressão sobre os indígenas começou, no oeste do Paraná, no início do século XX. A ocupação das terras por não-índios era, até então, restrita à região central do estado, delimitada pelas áreas onde hoje estão os municípios de Santo Antônio da Platina, ao norte, e Francisco Beltrão, ao sul. Mas, em 1902, a Cia. Mate Laranjeira começou a explorar a região a partir da retirada de madeira da vegetação nativa e produção de ervamate – que seria exportada para a Argentina – usando, para isso, o trabalho forçado dos indígenas. A partir da década de 1920, posseiros expandiram a ocupação para o oeste do Paraná. O governo do estado passou na década seguinte a conceder para empresas terras consideradas devolutas na região, de modo a continuar a consolidação das fronteiras com o Paraguai. A colonização avançou sobre as terras dos índios na década de 1940, antecedidas por ofensivas de jagunços que tentavam, com armas, expulsar os Guarani das propriedades concedidas pelo governo – um processo que perdurou até pelo menos a década de 1960.

Após a hecatombe que representou para os indígenas a construção de Itaipu e o agravamento das suas condições cada vez mais



precárias de sobrevivência, passaram também a praticar as “retomadas” de terras que os mais idosos lembravam, pertenceram às comunidades antes desse esbulho. As “retomadas” trouxeram como consequência o recrudescimento da violência contra os índios da região, acusados de não serem originários daquela terra, mas “estrangeiros” que vieram do Paraguai ou do Mato Grosso do Sul.

A partir de 2012, os produtores rurais da região passaram a organizar uma forte campanha contra as ocupações indígenas: “O Brasil que produz merece respeito” é o slogan estampado em adesivos colados nos carros e folhetos distribuídos pelas cidades em torno a Itaipú. No ano seguinte, criaram a Organização Nacional de Garantia ao Direito de Propriedade (Ongdip), que tem organizado debates e manifestações, além de mobilizar políticos da região contra as demandas dos Guarani. O deputado federal Dilceu Sperafico (PP-PR), membro da Frente Parlamentar da Agropecuária, da bancada ruralista, argumenta que, além da Funai, ONGs internacionais “têm interesses de todo lado” na questão: “Tem gente que vive disso, é o ganha pão deles ficar trabalhando para uma ONG”. Se não houver uma solução, ele vaticina: “Lá na nossa região vai dar conflito, vai dar morte”.

Consciência e Ilusões

Os indígenas, ao mesmo tempo que afirmam seus direitos na própria cultura de naturais desse lugar, tem clareza da determinação econômica por trás dos ataques aos seus direitos. Numa petição, em forma de abaixo-assinado, que estão enviando à Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Paraná, afirmam que: “as ações cada vez mais violentas e truculentas promovidas pelas forças do agronegócio e do capitalismo avançam sobre as terras originárias, sobre vidas e culturas indígenas sem a fiscalização devida por parte dos órgãos públicos”. Porém, embora em forma de denúncia, ainda se mantêm ilusões que o Estado burguês possa encaminhar soluções ou, ao menos, proteção: “Vidas e culturas ameaçadas enquanto os que ameaçam têm proteção dos órgãos que, em tese, são designados protetores dos direitos dos povos indígenas. Os capangas do agronegócio não têm o direito de encurralar e atirar na comunidade indígena, eles devem aguardar o processo e respeitar o Estado Democrático de Direito, e este deve garantir a proteção dos Avá Guarani”.

O POR se solidariza com a luta dos povos indígenas pela preservação de suas condições materiais e o direito de se organizarem de acordo com a sua cultura. Denuncia a truculência dos fazendeiros e a cumplicidade do governo estadual e federal e do poder judiciário. Afirma, entretanto que, apesar do heroísmo demonstrado por estas comunidades ao longo de séculos, não existe qualquer possibilidade dos indígenas resolverem a ocupação de suas terras originárias e a preservação de suas culturas à margem da revolução social. Somente uma revolução proletária poderá resol-



ver não apenas as condições materiais e políticas para alcançarem uma existência humana, como poderão ter o direito à autodeterminação, se assim o considerarem. À margem dessa revolução, não podem contar com o auxílio do “Estado democrático de direito”, pois a finalidade desse Estado é o de preservar os interesses e a dominação do grande capital, dentre eles, o agronegócio.

A pergunta que certamente será feita é o que fazer para criar as condições para a revolução social, que expropriará a grande propriedade e os latifúndios. Essa tarefa democrática da revolução social se encontra na dependência de unir os indígenas e camponeses pobres em torno ao livre acesso à terra em contraposição ao domínio latifundiário. O que implica organizar uma aliança dos oprimidos do campo com os das cidades. Trata-se da aliança operária e camponesa. A defesa dos direitos indígenas deve fazer parte da luta geral pela expropriação dos latifúndios e nacionalização da terra. As organizações camponesas e da classe operária podem reagir às ações armadas, judiciais e políticas dos grandes proprietários. Assim, as ONGs, que estão pela preservação da grande propriedade, perderão protagonismo.

A luta pelos direitos territoriais dos indígenas exige que os sindicatos, movimentos urbanos e as correntes que se reivindicam do socialismo se coloquem em cada luta de resistência, como a dos Avá-Guaranis, pela organização da aliança operário-camponesa. Há que se defender e trabalhar imediatamente pela constituição de um Tribunal Popular, portanto, independente do Estado burguês e de todo aparato que serve à proteção da propriedade privada dos meios de produção, para apurar o crime contra os Avá-Guaranis e as demais ocorrências de violência dos capitalistas nos vários estados do País.

O Partido Operário Revolucionário chama os sindicatos e movimentos a condenar o ataque dos fazendeiros aos indígenas no Paraná e exigir do Estado o reconhecimento de suas terras. Defende a constituição de um Tribunal Popular para apurar a violência desfechada contra os Avá-Guaranis. E trabalha pela constituição de uma aliança operário-camponesas.

Publicado o livro:

RESPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES

As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da **opressão social**. As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.



R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR



NOSSA CLASSE

*Pela organização independente dos trabalhadores!
Sob o programa da revolução proletária!*

Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XXI - Janeiro/2025

 (11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com | pormassas.org

@massas.por | anchor.fm/por-massas



Política Operária- Boletim Nossa Classe

Abaixo o pacote de Lula!

Que os sindicatos e Centrais rompam com o governo e convoquem um Dia Nacional de Luta, com greves, manifestações e bloqueios

No final do ano o Congresso Nacional aprovou o pacote de ataques aos trabalhadores enviado pelo governo Lula. A contrarreforma aprovada significa um profundo golpe a classe operária, aos aposentados, aos pensionistas e os que recebem benefícios como o BPC e o PIS-Pasep. Uma das medidas nefasta aprovada limita o aumento real do salário mínimo a 2,5%. Se fosse mantida a regra anterior, o salário mínimo de 2025 já teria o valor miserável de R\$ 1.528,00. Com a nova regra o governo conseguiu reduzir o aumento em R\$ 10,00, ficando em R\$ 1.518,00. É um salário mínimo que condena os trabalhadores a fome e a miséria. Lembramos que, segundo o Dieese, o salário mínimo para manter uma família de 4 pessoas deveria ser, em dezembro, de R\$ 6.959,31.

O pacote imposto pelo governo tem como objetivo pagar juros da dívida pública aos banqueiros e garantir os interesses da burguesia nacional e do imperialismo. O caráter burguês, antinacional e antipopular do governo Lula é tão grande que para aprovar o pacote de ataque aos trabalhadores, Lula negociou e se comprometeu com o presidente da câmara, Arthur Lira, e do Senado, Rodrigo Pacheco, a liberação das emendas parlamentares, que os deputados e senadores usam, sem ter de prestar conta para ninguém dos bilhões saqueados do dinheiro público.

O grande problema é que os sindicatos e centrais, que foram criados para organizar a luta e defender a classe operária contra os ataques dos patrões e dos governos, estão todos apoiando o governo Lula. Por isso, o governo e os patrões estão de mãos livres para demitir e retirar direitos da maioria explorada.

O Boletim Nossa Classe chama os trabalhadores a exigirem das centrais e dos sindicatos, das direções sindicais e dos diretores sindicais no chão de fábrica que rompam com o governo e convoquem assembleias em todas as fábricas, para aprovar a convocação de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações de rua, como preparação da greve geral, para colocar abaixo o pacote de ataque aos trabalhadores, a contrarreforma trabalhista e previdenciária e a lei da terceirização de Temer e Bolsonaro. E também a levantarem a bandeira de não pagamento da dívida pública aos agiotas do capital financeiro. A lutar por emprego a todos, dividindo as horas necessárias para produzir entre todos os trabalhadores, aptos ao trabalho, sem redução de salários. Por um salário mínimo vital, que seja suficiente para manter a família trabalhadora.

Pelo fim da escala 6x1

Redução da Jornada, sem redução dos salários

No dia 20 de dezembro, aconteceram atos e manifestações pelo fim da superexploração da escala 6x1 em várias cidades do país. A luta pela redução da jornada de trabalho, sem redução de salários, é uma luta histórica da classe operária. A bandeira da redução da jornada de trabalho, sem redução de salários e da escala móvel das horas de trabalho, é a única forma de garantir emprego a todos os trabalhadores e se choca diretamente com o lucro dos patrões, que frente a crise do capitalismo, para manter seus lucros procuram aumentar a exploração da força de trabalho do proletariado (assalariados), aumentando a jornada de trabalho, terceirizando e reduzindo salários e direitos. É por isso, que todos os setores patronais e os partidos burgueses no Congresso Nacional são contra o fim da escala 6x1 e a redução da jornada de trabalho.

O 1º de Maio tem sua origem na luta da classe operária mundial pela redução da jornada de trabalho para 8 horas. Foi por meio da ação direta, da greve geral, da ocupação de fábricas e manifestações de rua, que a classe operária impôs aos governos e aos patrões a redução da jornada para 44 horas. Nesse sentido,

foi de extrema importância o movimento VAT, que deu início a campanha pelo fim da escala 6x1 e as demais correntes e partidos de esquerda, que também estão impulsionando mobilizações pelo fim da escala 6x1 e pela redução da jornada de trabalho. Porém, o grande erro do movimento VAT e parlamentares do PSOL, como a Erika Hilton, do PT, PCdoB e outras correntes, é criar a ilusão nas massas de que é possível colocar fim a escala 6x1 e conseguir a redução da jornada de trabalho, sem redução de salários, pela via democrática, eleitoral, enviando um projeto de lei e esperando que seja aprovado pelo parlamento burguês.

O Boletim Nossa Classe/POR tem participado das manifestações chamando as massas a não terem nenhuma ilusão no parlamento burguês e acreditar no método próprio de luta da classe operária que é a ação direta, a greve, manifestações de rua, ocupação de fábricas e bloqueios. Defendendo a necessidade de ligar a luta pelo fim da escala 6x1 com a luta pela escala móvel das horas de trabalho (redução da jornada de trabalho, sem redução de salários), para acabar com o desemprego.

O Boletim Nossa Classe é elaborado e distribuído pelo Partido Operário Revolucionário (POR). Só depende das contribuições da classe operária. Seu objetivo é organizar a luta dos explorados em defesa das suas condições de existência, pelo fim do capitalismo e construção da sociedade socialista.

Que os sindicatos dos metalúrgicos do ABC, São Paulo, São José dos Campos e demais sindicatos convoquem assembleias e aprovelem a luta pela redução da jornada

As direções sindicais ligadas a CUT, Força Sindical, Conlutas/PSTU e demais centrais estão traindo e boicotando abertamente a luta pelo fim da escala 6x1. Por isso, os operários não estão participando de forma organizada das manifestações. As manifestações e atos estão sendo realizadas apenas nos Shoppings, supermercados e setores do comércio. 70% dos trabalhadores registrados trabalham em escala 6x1 e estão em setores do comércio, mas também da indústria, como metalúrgico, químico, alimentação, transporte, borracheiro etc.

É necessário unificar a luta da classe operária com a dos trabalhadores do comércio e dos demais explorados. O presidente do sindicato metalúrgico do ABC, Moisés Selerges, que tem na sua base sindical trabalhadores fazendo escala 6x1 e recebendo um salário miserável, de forma demagógica se limitou a ir para as redes

sociais declarar apoio a luta. O presidente do sindicato metalúrgico de São José dos Campos/PSTU, Weller Gonçalves, que diz da boca para fora que defende a redução da jornada de trabalho, em lugar de convocar assembleias nas fábricas para aprovar a greve se limitou a convocar uma manifestação e fazer uma panfletagem no centro da cidade.

O Boletim Nossa Classe faz um chamado aos operários de todos os setores e aos sindicatos a se organizarem no chão de fábrica, construir as comissões de luta, classistas e revolucionárias, para expulsar esses dirigentes traidores e recuperarem os sindicatos para a defesa das reivindicações que unificam a maioria explorada. Devemos fazer dos sindicatos um instrumento auxiliar de combate ao capitalismo, e de defesa do socialismo.

Operários da Mercedes-Benz revoltados com as medidas de ataque do governo!

Durante a última distribuição do Boletim Nossa Classe na Mercedes, vários operários se mostraram revoltados com o pacote de Lula, que retira direitos dos trabalhadores. Um deles falou: “O Lula é um traidor. Eu sempre votei no PT, mas agora não voto mais”. Em seguida, o companheiro perguntou: “em quem devemos votar agora?”. O militante do POR, então, respondeu que votar em outro candidato burguês não é a saída para a classe operária. Explicou que tanto o PT como os partidos ultradireitas votaram no pacote que mantém o salário mínimo de fome. O militante do POR explicou ainda que o grande problema é que o Sindicato Metalúrgico do ABC e demais sindicatos não podem apoiar o governo Lula, nem

qualquer outro governo burguês. O militante disse que a tarefa colocada é a de resgatar os sindicatos para a luta independente em defesa do programa próprio de reivindicações da classe operária. Que a saída para a classe operária e demais explorados é construir nosso próprio partido, operário revolucionário!

No final, o militante do POR mostrou ao companheiro o convite do Encontro Operário e o convidou a participar da reunião que realizamos mensalmente com o objetivo de construir as comissões de luta, classista e revolucionárias em todas as fábricas e sindicatos. O companheiro escutou atentamente e falou que faria um esforço para participar.

Terceirização e superexploração na construção da montadora chinesa BYD na Bahia

Durante uma inspeção realizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em 23 de dezembro na obra de construção da empresa BYD em Camaçari, na Bahia, foram resgatados 163 operários de empresas terceirizadas trabalhando em condições semelhantes à escravidão. Os operários tinham jornadas de trabalho extenuantes, restrições à liberdade e condições degradantes de alojamento, como a superlotação, ausência de colchões e condições inadequadas de higiene. Os operários estavam em condições ilegais no Brasil, com uso de vistos de assistência técnica. Para restringir a liberdade dos trabalhadores, a empresa BYD reteve seus documentos, controlando a saída dos alojamentos. A montadora, que iniciou suas obras de construção em março de 2024, no local onde ficava situada a fábrica da Ford em Camaçari, com incentivos do governo federal e estadual, alegou que tomará as medidas cabíveis. Isso é conversa para boi dormir!

Os capitalistas sustentam seus lucros exorbitantes justamente escravizando os trabalhadores. As notificações do Ministério

do Trabalho não serão suficientes para impedir que novos casos como esses ocorram. Isso porque os capitalistas estão se valendo das contrarreformas que retiram direitos, da lei da terceirização e do miserável valor do salário mínimo.

Enquanto a maioria explorada amarga terríveis condições de vida, os capitalistas e governos se beneficiam da quebra de direitos, como vem ocorrendo com as contrarreformas. Desgraçadamente, as direções sindicais se recusam a organizar a luta nacional em defesa das reivindicações dos explorados.

O Boletim Nossa Classe denuncia o trabalho semiescravo dos operários da montadora BYD. Defende a unidade dos operários da fábrica em Camaçari pelo fim da terceirização e contratação imediata de todos os terceirizados pela montadora. Não é hora de discursos de burocratas! É hora da organização da luta em defesa dos direitos trabalhistas, arrancados com pelas contrarreformas de Temer, Bolsonaro e Lula.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskyista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



Formação política do Nossa Classe

O que é a Mais-Valia?

Para Karl Marx, a mais-valia é o tempo de trabalho não pago aos operários pelo patrão, ou seja, é o valor excedente que o operário produz e que o capitalista se apropria como lucro. Por exemplo, em 2 horas de trabalho um operário já produziu o valor suficiente para o patrão pagar todo o seu dia de trabalho, no entanto, se ele trabalha 8 horas, tudo o que ele produzir nas 6 horas restantes será o excedente (mais-valia), será lucro para o patrão. Em muitos casos essa proporção não chega nem a 1h, bastam alguns minutos de trabalho e o trabalhador já produz o equivalente ao seu salário. Se o operário recebesse R\$ 50,00, e durante o dia ele produz sapatos que valem ao todo R\$150,00, as 6 horas restantes do dia ele produziu um valor excedente de 100 reais, que é a mais-valia, o lucro apropriado pelo capitalista.

A mais-valia é um conceito central da teoria marxista, que todo operário, que todo os trabalhadores devem conhecer para entender a luta de classes, porque os patrões estão cada dia mais ricos e os

trabalhadores cada vez mais pobres; para entender que os operários são os que produzem toda a riqueza concentrada pelo patrão e pela sociedade; que os patrões são parasitas que nada produzem e enriquecem explorando a força de trabalho da classe operária.

Ao entender o que é a Mais-Valia, os operários entenderão que o salário, o vale-refeição e demais direitos, tudo é parte da riqueza criada pelos próprios operários, que nada disso é dado pelos patrões. E, finalmente, ao entender que os patrões são seus exploradores, são os responsáveis pelos baixos salários e sua vida de miséria, os operários e demais explorados entenderão a necessidade de lutar para colocar fim ao sistema de exploração capitalista; a necessidade de defender os empregos, salários e direitos por meio da greve, da ação direta e, a lutar pela destruição do capitalismo e a construção de uma nova sociedade, socialista, onde não haverá exploração do homem pelo homem.

Justiça burguesa impõe multa milionária ao sindicato dos metroviários de SP

Pela retirada de toda e qualquer punição aos lutadores! Em defesa do direito de greve! Os metroviários devem responder à repressão do Estado com a força da mobilização coletiva dos trabalhadores

Que as centrais, sindicatos e movimentos sociais se coloquem pela solidariedade ativa aos metroviários, organizando o combate unitário, ligando a luta contra a repressão à defesa das reivindicações elementares dos explorados

Que as direções sindicais convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações massivas, por emprego, salário e direitos

O sindicato dos metroviários de SP publicou no dia 7 de janeiro de 2025 uma nota divulgando o caso de perseguição política que vem sofrendo, com a imposição de uma multa de 3,9 milhões de reais pela greve do dia 19/5/2021. Segundo o informe, no dia 11/12/2024 a Justiça Comum tomou a decisão condenando o sindicato ao pagamento da multa, apesar de os Tribunais Regional (SP) e Superior do Trabalho terem considerado a greve legítima, portanto, não-abusiva – além de terem reconhecido e garantido a manutenção dos direitos dos trabalhadores por 4 anos. Este último aspecto se justificava em razão de o então governador, João Doria, ter tentado destruir direitos da categoria em plena pandemia, justamente quando os metroviários foram obrigados a trabalhar mesmo com o risco inerente à situação, já que o serviço prestado foi considerado “essencial” (definição, aliás, estabelecida pela própria burguesia). Esse ataque de Doria foi justamente o motivo da referida greve.

A multa tem o claro sentido de golpear o direito de greve. É uma ameaça não só aos metroviários. É um recado do governador Tarcísio e da burguesia de conjunto, que querem implementar medidas de precarização e de privatização dos serviços públicos e, por essa razão, não irão admitir qualquer forma de resistência.

Do ponto de vista de classe, Tarcísio está cumprindo seu papel. São interesses antagônicos, inconciliáveis, que estão em disputa.

Os capitalistas e seus fantoches, como o governador ultradiretista, pretendem quebrar o sindicato para, assim, conseguirem ir adiante em seus planos de enxugamento de “despesas”, através da destruição de direitos dos trabalhadores e de outras medidas (orçamento menor para o setor de manutenção etc.). Ou seja, para satisfazer seus interesses e abocanhar um lucro cada vez maior, os capitalistas necessitam atacar os explorados.

No outro lado da trincheira, falta o sindicato cumprir o seu papel de classe. Precisa defender o direito de greve, pois esse é o único método que os trabalhadores têm para resistir à ofensiva patronal e do governo. E como o ataque, na verdade, não atinge exclusivamente os metroviários, as direções dos demais sindicatos e centrais devem tomar partido também. A situação exige uma luta unitária. O sindicato dos metroviários tem de tomar a iniciativa de convocar urgentemente uma plenária que aglutine os setores para além do transporte sobre trilhos.

Um dos setores aliados é o da juventude, que agora está começando a se mobilizar contra o aumento das tarifas de transporte. Mas, o fundamental é a participação da classe operária. Milhões de proletários se deslocam de lá para cá todos os dias, muitos deles recorrendo ao metrô. Não podemos esperar que o governo garanta por si só a preservação e a melhoria do serviço prestado à população, bem como o não aumento das tarifas, ou o respeito ao direito

de greve. Não! Esta tarefa deve ser assumida pelos sindicatos.

A direção do sindicato dos metroviários deve responder à imposição da multa com a força da mobilização nas ruas. Além da plenária com os outros setores, a direção deve convocar a sua assembleia geral presencial. Os recursos à Justiça burguesa ou aos órgãos do imperialismo (Organização Internacional do Trabalho – OIT), como a direção sindical vem fazendo, podem até servir como meio de denúncia, e nada mais. Na verdade, o risco é de se alimentar ilusões entre os trabalhadores de que essa via possa resolver alguma coisa, o que não acontecerá. Na prática, esse expediente acaba desviando a categoria do caminho da vitória, que só virá com o método da ação direta das massas.

Um obstáculo, nesse sentido, é a decisão do plebiscito organizado pela direção do sindicato no final de 2024, determinando que as votações em assembleia passarão a ser pelo formato on-line. As assembleias de trabalhadores historicamente foram erguidas para cumprir um papel: nelas, a base debate os problemas, apresenta e defende suas propostas e vota as resoluções políticas e as tarefas práticas. São as assembleias que têm de designar os responsáveis e os meios pelos quais as decisões tomadas serão executadas. Trata-se, portanto, de um órgão de discussão, deliberação e ação – sobretudo de ação. Com os trabalhadores isolados em suas

casas, votando pelo celular, perde-se esse caráter de mobilização das assembleias, eliminando seu papel de ferramenta voltada ao combate classista.

Para enfrentar a multa punitiva, além de erguer os enfrentamentos já em vista para 2025, como a continuidade da luta contra as privatizações (principalmente contra a venda da Linha 1 – Azul) e pela renovação do ACT (Acordo Coletivo de Trabalho), a direção dos metroviários terá de mobilizar sua base. E para levantar os trabalhadores, metroviários ou não, é preciso combinar a luta contra a repressão com a defesa das suas reivindicações elementares, principalmente a defesa dos empregos, salários e direitos.

O Partido Operário Revolucionário se coloca inteiramente ao lado dos metroviários, contra qualquer forma de repressão aos lutadores. É preciso formar uma grande e poderosa frente em defesa dos metroviários e em defesa das liberdades democráticas, em defesa do direito de organização e de luta dos trabalhadores. O POR defende que as direções sindicais convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações massivas, como forma de pôr um freio à linha dos governos de destruição dos serviços públicos, de avanço da privatização/terceirização e de recrudescimento da repressão.

Quebrar a manobra do governo de que a pobreza e miséria retrocederam

O governo de Frente Ampla (Lula/Alckmin) vem fazendo uma enorme propaganda sobre sua política assistencialista, como Bolsa família, Pé de Meia, Educação para Jovens e Adultos. Anuncia a “quatro cantos” a redução do desemprego e exalta os programas de incentivos aos pequenos negócios, o chamado empreendedorismo. Ressalta que tirou o Brasil do mapa da fome. E que o salário mínimo de 2025 foi reajustado em 7,5%, corrigido pela inflação e 2,5% de aumento real, chegando a R\$ 1.518,00.

Apesar da propaganda exitosa, a fome persiste para a maioria da população, que sobrevive da informalidade, dos contratos de trabalho temporários e do salário mínimo do governo. Esse grande contingente de trabalhadores faz malabarismo para o salário “esticar como borracha”, caso contrário, começa a faltar o arroz e feijão já primeira semana do mês.

A Folha de São Paulo, de 30 de dezembro de 2024, publicou uma pesquisa sobre a situação da fome no Brasil. Diz que “27% da população brasileira sofrem com insegurança alimentar; mães solo negras estão entre as mais vulneráveis”. Se se levar em conta os milhões que sobrevivem com o salário mínimo, que inclui os aposentados, esse número de pessoas chega às alturas. Se se levar em conta os milhões que dependem do Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada, a realidade da fome e miséria está longe de ser reduzida. Mas, o governo Lula bate no peito de que o número de famintos caiu. Para isso, lança mão do jogo dos cálculos aritméticos. Apoia-se na inflação oficial, no índice de reajuste do salário mínimo e na queda do desemprego, para concluir que o crescimento da economia, a redução das taxas de desempregados e a volta da política de valorização do salário mínimo permitiram diminuir o número de famintos.

As direções sindicais, que sustentam a governabilidade de Lula, descaradamente divulgaram uma nota dos agentes capitalistas apontando que o Brasil voltou a ser um país de classe média, com “50,1% dos domicílios pertencendo às classes C, B ou A, com renda familiar acima de R\$ 3,4 mil mensais”. Essa burocracia esconde que metade da população, pelos dados da nota acima, é constituída de pobres e miseráveis, e que o custo de vida está nas alturas, principalmente os preços dos alimentos, das tarifas de água, energia e transporte, bem como o valor do aluguel. E se

limita a dizer que o IBGE considera que o ganho entre R\$ 1.926 e R\$ 8.303 por mês se trata renda per-capita e não familiar. Apesar dessa constatação, a burocracia está obrigada a estampar na página da CUT a manchete “Recorde de empregos, aumento do PIB e maioria da população volta a ser classe média”.

A fome no Brasil é crônica. Há estudos reveladores sobre esse flagelo do capitalismo, como o do médico e geógrafo Josué de Castro, que ressalta as raízes econômicas, políticas e sociais da fome, na sua obra “A Geografia da Fome”, já em 1946. No entanto, nenhum governo burguês pôde solucionar esse problema, que é de classe. A sua erradicação está nas mãos da classe operária organizada, por meio de seu programa, que tem como estratégia a revolução social.

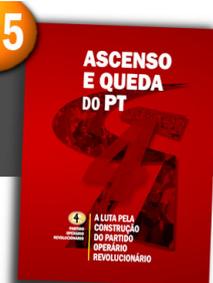
O Boletim Nossa Classe, instrumento sindical do POR, denuncia as manobras do governo Lula em relação à redução da fome e miséria e rechaça a política da burocracia sindical que, em vez de defender as condições de vida da maioria explorada, faz campanha fraudulenta de que a maioria da população faz parte da classe média. O Boletim Nossa Classe, ao contrário, reforça a luta pelo salário mínimo vital, ou seja, a defesa de um salário capaz de manter uma família de quatro pessoas, calculado pelos próprios trabalhadores. Segundo o Dieese, o salário necessário deveria ser de R\$ 6.959,31 (valor de novembro). E defende que as centrais e sindicais rompam com o governo Lula e convoquem um Dia Nacional de Luta, em defesa dos empregos, direitos trabalhistas e um salário mínimo vital, necessário para a família trabalhadora.

Adquira com o distribuidor: **R\$35**

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.



A superexploração do trabalho das mulheres operárias

Unir a classe operária, mulheres e homens, por um programa de reivindicação, que inclui a proteção às mulheres

Nas distribuições do Boletim Nossa Classe, nas fábricas Lorenzetti e Pepsico, observamos o quanto a jornada de trabalho noturno para as mulheres operárias vem se espalhando. A abolição do trabalho noturno para as mulheres foi uma das primeiras reivindicações da luta dos operários no Brasil. Entre as principais reivindicações da greve geral de 1917, constava a proibição do trabalho noturno para as mulheres. Isso por que pesava e ainda pesa sobre as mulheres, principalmente as operárias, a dupla jornada de trabalho, que inclui as tarefas domésticas e a maternidade.

A inclusão dessa reivindicação na Consolidação das Leis trabalhistas (CLT), no artigo 379, não foi uma concessão do Estado getulista, mas sim uma exigência dos combates travados durante toda a Primeira República contra o patronato. Esse artigo da CLT dizia: “É vedado à mulher o trabalho noturno, considerado este o que for executado entre as vinte e duas (22) e as cinco (5) horas do dia seguinte”.

No final da ditadura militar, por meio da nº 7.189, de junho de 1984, os capitalistas conseguiram eliminar a proibição, permitindo que “as empresas que se dedicam à industrialização de bens perecíveis, durante o período de safra, presumem-se autorizadas a empregar mulheres em trabalho noturno, quando ocorrer necessidade imperiosa de serviço”. E com a inclusão de que “o trabalho de mulher em horário noturno, de qualquer modo, só será permitido quando a aptidão para executá-lo houver sido atestada no exame médico a que alude o artigo 380 desta Consolidação, anotada a circunstância no livro ou ficha de Registro de Empregados”. Portanto, a reivindicação histórica do proletariado de proteção às mulheres começou a ser extinta, por meio de leis que afrouxavam a proibição do trabalho noturno. A Constituição de 1988, após a ditadura militar, não retomou proibição do trabalho noturno às mulheres. Incluiu a fórmula de igualdade de direitos entre homens e mulheres, salário igual para a mesma função e estabilidade no emprego durante a gravidez. A reforma trabalhista de Temer, em 2017, além de liquidar antigos direitos da CLT, foi um golpe fatal às medidas protetivas às mulheres.

O fato é que os capitalistas, apesar de burlarem as leis, insistiram em retirar da CLT e das Constituições direitos que dificultavam a ampliação da superexploração do trabalho. Lula, em 2023, sancionou a lei da igualdade de direitos salariais entre homens e mulheres. Mas, não teve e não tem força para enfrentar a pressão dos capitalistas, assim, a igualdade de direitos continua sendo letra morta.

Hoje, o que vemos nas fábricas é o crescimento da mão de obra das mulheres, que ocupam, na sua maioria, os serviços mais embrutecedores. Boa parte se encontra no trabalho terceirizado, diurno e noturno, e submetidas às jornadas estafantes. Destacamos duas fábricas onde o boletim Nossa Classe faz um trabalho junto aos trabalhadores.

Na fábrica Pepsico, a condição dos operários é de semiescravidão. A fábrica localizada em Itaquera fica distante, praticamente dentro da “mata atlântica”, então, para que os operários cheguem às 14 horas para bater o cartão, a empresa tem contratos com ônibus fretados. Estes passam nos bairros bem cedo. Quando os ônibus chegam à fábrica, já se foram várias horas. Horas que não fazem parte da jornada de trabalho. No caso das mulheres operárias, a labuta tem de começar ainda mais cedo para deixar tudo pronto em casa antes de tomar os ônibus. Situação que se agrava quando se trata do horário noturno. Quando chega em casa, não

têm como repor suas energias, porque a dupla jornada pesa sobre seus ombros.

Na Lorenzetti, fábrica na Mooca, todos os trabalhadores chegam meia hora antes de bater o ponto. Os portões são abertos faltando quinze minutos para a entrada. Boa parte dos trabalhadores é de mulheres, que são obrigadas a esperar na rua, sentadas nas calçadas. Evidentemente, também gastaram duas ou três horas de transporte público para chegarem ao local da fábrica.

O Boletim Nossa Classe vem denunciando a superexploração do trabalho, agravada com a contrarreforma trabalhista de 2017. Trata-se de um trabalho que aos poucos está sendo assimilado pelos operários. Nas fábricas onde a maioria da mão de obra é de mulheres, os militantes que distribuem o Boletim tem mostrado a importância da organização dos operários, que inclui mulheres e homens, em defesa das reivindicações que unificam homens e mulheres. Entre as reivindicações, destaca a luta por medidas de proteção à mulher operária, portanto, de combate à dupla jornada de trabalho e ao trabalho nocivo às condições de vida da mulher. Por outro lado, além da exploração e perseguição do patronato, os trabalhadores têm o obstáculo das direções sindicais.

Retomar os sindicatos para luta é uma tarefa fundamental, porque há anos os sindicatos são controlados por burocracias pró-patronais. Nesse sentido, rejeitam a luta em defesa dos direitos trabalhistas, que inclui a luta pelo salário, emprego e condições vitais de trabalho. Neste momento, vivemos um brutal ataque aos direitos dos pobres e miseráveis e das mulheres operárias, em particular. Por isso, temos pela frente uma dura luta, que implica recuperar a independência política de nossos sindicatos, exigindo o rompimento com a política de conciliação com os governos.

O Boletim Nossa Classe impulsiona a campanha por um Dia Nacional de Luta, em defesa do programa próprio de reivindicações e dos métodos próprios da classe operária. A luta contra o trabalho sub-humano das mulheres operárias é uma tarefa de toda a vanguarda com consciência de classe.

R\$5



O marxismo e as primeiras formulações sobre a Mulher

August Bebel

Adquira com o distribuidor de Massas:





Partido Operário Revolucionário



MASSAS



Governo Lula publica MP que descumpre Termo de Greve e amplia precarização da Educação Federal

O Governo Lula/Alckmin publicou, em 31 de dezembro, a Medida Provisória (MP) nº 1286/2024 que reestrutura planos de carreira, cargos e salários, e reforma o Sistema de Carreiras do Poder Executivo Federal. Ao formalizar aumentos remuneratórios e itens acordados com 38 categorias do funcionalismo federal, como o “reajuste” de 9% em janeiro de 2025 e 5% em abril de 2026 para os TAEs, a MP tem sido comemorada pelas entidades sindicais. Ocorre que o governo vinculou os “reajustes” a um profundo ataque à Educação Federal, em particular ao Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação.

A MP não contempla os principais itens estabelecidos no Termo de Acordo (TAG) nº 11/2024 que encerrou a Greve Nacional dos TAEs de 113 dias em 2024, ao mesmo tempo que impõe medidas de precarização, como se fossem pauta da categoria. Ressalta-se que o prazo de 180 dias para estudos e encaminhamentos previsto no TAG findou em 24 de dezembro e foi prorrogado em 150 dias sob a alegação de que foi insuficiente, o que não passa de desculpa.

Fato é que a MP não contempla a liberação do concurso para Intérprete de LIBRAS-Nível E, a jornada de trabalho de 30 horas semanais para todos os TAEs, a criação do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC), o reposicionamento dos aposentados, dentre outros itens do TAG. Por outro lado, cria cargos amplos, produzindo uma carreira híbrida em que os novos servidores serão investidos em cargos amplos (Técnico em Educação-Nível D e Analista em Educação-Nível E) enquanto os atuais/antigos permanecerão em microcargos, e elimina cargos públicos considerados “obsoletos e desalinhados”, cujas funções serão terceirizadas.

A não criação do cargo amplo de Auxiliar em Educação, que substituiria cargos vedados do Nível C como auxiliares de creche e de saúde, evidencia a quebra do TAG e a manobra do Governo e Reitorias em separar os cargos ocupados dos suspensos a fim de colocar os TAEs como coadjuvantes da terceirização. A “racionalização” dos cargos suspensos, vagos e a vagar se dá sem o aumento de despesa, pois o governo apenas transformou/substituiu cargos, eliminando cargos efetivos vagos (atuais microcargos) e criando cargos efetivos (cargos amplos) e de confiança, que serão destinados prioritariamente aos cem novos campi dos Institutos Federais. Ou seja, transferiu recursos das atuais para as novas Instituições Federais de Ensino (IFEs), precarizando as relações de trabalho e ensino da Educação Federal.

O governo que mantém cargos extintos e vedados, amplia a terceirização e se nega a atender à reivindicação de racionalização dos cargos por meio da correção (classificação, remuneração) de cargos cujo o conjunto dos servidores estão em desvio de função, como Auxiliar em Administração e Assistente de Alunos (cargo que formalmente continua ativo), tenta transparecer que a liberação de vagas e a implementação das diretrizes do MGI (Portaria Nº 5.127/2024) para as Reestruturações de Carreiras constituem uma racionalização. Uma grande farsa!

Destaca-se, ainda, que a MP cria carreiras transversais e estabelece novos mecanismos para avaliação de desempenho e progressão alinhados ao Programa de Gestão e Desempenho (PGD), que tende a se ampliar. Combinada a outras ações em curso, como a mudança do estágio probatório e a centralização do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS), tem-se um quadro da Reforma Administrativa conduzida pelo Governo Lula/Alckmin. Uma contrarreforma que, para atender aos interesses capitalistas, destrói direitos trabalhistas, elimina cargos públicos, mantém as profundas desigualdades do sistema de carreiras, sobrecarrega servidores, ataca a jornada de trabalho, precariza o serviço público, restringe a estabilidade e facilita demissões.

A Direção da FASUBRA chamou uma reunião com dirigentes dos sindicatos filiados e uma live de avaliação da MP. As direções sindicais devem convocar as assembleias e plenárias de avaliação da MP, que será aprovada pelo Congresso Nacional após o recesso, e do TAG apontando suas consequências para a categoria e para as IFEs. A Corrente Proletária/POR defende a convocação das assembleias, a rejeição das medidas da contrarreforma administrativa, a construção de Comitês de Luta e a convocação de um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios de rua, em torno de um programa próprio dos explorados.

Encontro da Corrente Proletária-UFABC abordou o Orçamento Público

Em 19 de dezembro, a CPE/UFABC realizou seu Encontro com uma formação política sobre orçamento público e uma discussão sobre o pacote de medidas contra a maioria oprimida enviado pelo Governo Lula/Alckmin ao Congresso Nacional. A atividade partiu da leitura compartilhada do texto “Como funciona o orçamento público?” publicado na Edição N.º 24 do Boletim CPE-UFABC, e de slides da Reunião do Conselho Político da Auditoria Cidadã da Dívida (ACD) de 12 de dezembro de 2024, que abordam o Sistema da Dívida e o Pacote de Corte de Gastos Sociais [PEC 45/2024, PLP 210/2024 e PL 4614/2024].

Na discussão, destacou-se a relação da sangria dos cofres públicos com o Sistema da Dívida, a Estrutura Tributária Brasileira sem tributação de dividendos, e o fechamento de fábricas. Observou-se a política estatal de proteção da minoria capitalista em detrimento da maioria que produz as riquezas, com retirada de direitos, isenções fiscais para capitalistas, privatizações, vinculação do reajuste do salário mínimo às diretrizes do Arcabouço Fiscal, distribuição de Emendas Parlamentares e Fundos Eleitorais e Partidários, prorrogação da Desvinculação de Receitas da União (DRU) até 2032 etc.

A despeito das disputas interburguesas, reconheceu-se o caráter oligárquico da democracia brasileira e o papel do Estado-burguês na administração dos interesses e negócios capitalistas, bem como a inviabilidade de transformação progressiva por dentro do sistema, protegido pelos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e pelas Forças Armadas, dentre outras instituições.

Colocou-se o problema da paralisia do movimento de massas, em decorrência da política das direções burocráticas que agem como freio das mobilizações. Trata-se de um grande problema, pois as ações sindicais e políticas são imprescindíveis para a conquista e manutenção dos direitos sociais. Por isso, é fundamental exigir que as centrais sindicais impulsionem e unifiquem as lutas, em particular da classe operária, e fortalecer a construção de uma fração sindical classista e revolucionária.

Como parte disso, definimos as seguintes tarefas: organizar atividades com estudantes e a distribuição do boletim da CPE-UFABC convocando para o próximo Encontro da CPE, no qual abordaremos um programa classista para o SinTUFABC, cuja inscrição de chapas para a próxima gestão ocorre até 07 de fevereiro. Esse encontro foi um marco na construção da CPE-UFABC. Além do tema bastante oportuno da formação, visto a centralidade do orçamento público federal na pauta do Congresso Nacional, as tarefas passaram a ser coletivizadas, o que mostra a assimilação da auto-crítica realizada no encontro de novembro com relação à organização de eleição de delegados para o 6º Congresso do SinTUFABC.

Piso Nacional do Magistério foi para 4.867,77, por 40h semanais

Continua abaixo do salário mínimo do Dieese

Defender um Piso Nacional capaz de manter uma família de 4 pessoas

O valor do reajuste no Piso Nacional do Magistério teve um reajuste de 6,27%, conforme determina Portaria do MEC 013/24. O valor atualizado será de R\$ 4.867,77, por 40h e será pago a partir deste mês de janeiro. A Lei 11.738/2008, que completará 17 anos em 2025, garante o reajuste anual com base na diferença do Valor Anual por Aluno (VAAF-FUNDEB) dos dois anos anteriores.

Apesar da constitucionalidade da lei, prefeitos e governadores insistem em não reajustar os salários. A maioria oferece o pagamento na forma de abono salarial, o que resulta em salários bem defasados em relação à escalada inflacionária. Com um agravante: se alegarem endividamento nas contas públicas são agraciados com permissão de dar calote no funcionalismo, e transformar a dívida salarial em precatórios.

Em SP, estado mais rico da federação, prevalece a política de arrocho salarial desde quando surgiu a Lei do Piso em 2008. Os governadores Alckmin, Doria e o ultradireitista Tarcísio mantêm o Abono Salarial como Complemento de Piso.

A Confetam diz que intensificará a mobilização para garantir que a lei seja cumprida integralmente em todos os municípios.

Os recursos do Fundeb são fundamentais para assegurar o cumprimento da lei. A legislação exige que, no mínimo, 70% desses valores sejam destinados ao pagamento dos profissionais da educação, e os gestores têm a liberdade de aplicar mais. O mínimo que deveria solicitar como o Piso Nacional seria o salário mínimo do Dieese, que em novembro era de R\$ 6.959,31. No entanto, a CNTE e as Centrais Sindicais não colocam nem o piso do Dieese como reivindicação do conjunto dos trabalhadores. Ficam limitados à política geral capitalista de reajuste aplicada pelo governo de frente ampla de Lula-Alckmin.

A Corrente Proletária tem insistido que os movimentos sociais, sindicatos e centrais devem romper com a política antipopular e antitrabalhadora dos governantes. Tem lutado pela reivindicação de salário mínimo vital, aprovado nas assembleias. Tem defendido que o valor do Piso Nacional do Magistério deve ter como base o salário mínimo do Dieese, por 20 horas semanais. E mostrado que o único caminho para a defesa das reivindicações é a unidade dos explorados e a luta direta, com os métodos próprios da classe operária, que são as greves, as manifestações de rua, os bloqueios e as ocupações.

Rondônia

Sai o direitista Hildon Chaves e entra outro direitista, Leo Moraes

Fortalecer a oposição classista e de luta

Por 8 anos, o prefeito de Porto Velho, Hildon Chaves, pisoteou os trabalhadores da educação. Durante seu mandato não cumpriu na íntegra a Lei do Piso Nacional do Magistério e perseguiu os trabalhadores de todas as formas, principalmente os da educação e da saúde, contando com o apoio dos vereadores e da burocracia sindical. Muitos trabalhadores foram acometidos por doenças ocupacionais e vários foram a óbito principalmente no período da pandemia, em decorrência da covid e da negligência no atendimento médico. O número maior de óbito se deu nos setores de atendimento da enfermagem, que tem o contato mais próximo com os enfermos.

No caso dos trabalhadores em educação, que foram vítimas da covid e que tiveram sequelas, que precisaram ser readaptados, enfrentaram as maiores dificuldades para conseguir se afastar do trabalho direto. Aqueles acometidos por enfermidades, que eram obrigados a faltar por não suportarem a rotina de trabalho, foram punidos com descontos de salários. Diante dessa situação, a administração de Hildon Chaves criou o mecanismo de horas-extras, para os trabalhadores da ativa, pagando valores reduzidos em relação ao já defasado salário. Realizou concurso, mas não convocou todos os concursados e impôs a inclusão de crianças com necessidades especiais de atendimento em salas de aula, sem a devida estrutura e especialistas com formação acadêmica para colaborar com a aprendizagem destas crianças. Essa imposição foi mais um dos motivos do adoecimento ocupacional de professores.

Nos últimos dias de mandato, golpeou uma parcela dos trabalhadores de educação do município não depositando o terço de férias em suas contas, o que gerou revolta dos trabalhadores, que recorreram aos sindicatos Sinprof e Sintero. Mas a política dos burocratas sindicais foi a mesma: conversar com os responsáveis do governo, em vez de organizar o movimento para exigir o pagamento imediato.

É fato que a administração de Hildon Chaves provocou um descontentamento da maioria população. Mas, é fato, também, que deu atenção à infraestrutura urbana de áreas centrais da cidade. Avançou com a privatização de setores da saúde e educação, através da Fundação Leman e de espaços públicos, patrimônios históricos da cidade como o “Museu da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré”, “O Parque Ecológico”, cobrando altos valores para entrada daqueles que desejam conhecer as raízes da história da cidade e do estado. Como por exemplo: para entrar no museu a taxa cobrada era de R\$30,00. No entanto, nas eleições municipais venceu outro candidato da direita, Leo Moraes (Podemos), derrotando a candidata também direitista apoiada por Chaves, Mariana Carvalho (União Brasil).

Leo Moraes se apresentou em sua campanha eleitoral e em seu discurso de posse como um populista demagogo, visando a atrair os explorados. Certamente, dará continuidade às medidas antipopulares e antitrabalhadoras de Hildon Chaves. Prometeu, em seu discurso de posse, entrada franca ao museu e resolver os alagamentos que ocorrem nos bairros pobres.

A Corrente Proletária, nesse oito anos de governo Hildon, combateu suas medidas e defendeu a luta direta pelas reivindicações dos trabalhadores da educação e dos explorados em geral. No entanto, não teve a força necessária para enfrentar o obstáculo das burocracias sindicais, que controlam os sindicatos. Para enfrentar esse problema, é preciso fortalecer a oposição, a Corrente Proletária. Diante do novo prefeito, essa batalha continua. Os governantes continuarão impondo suas medidas antipopulares, as burocracias sindicais continuarão com sua política de conciliação de classes. Não resta alternativa para os trabalhadores mais conscientes a não ser o fortalecimento de uma oposição classista para lutar pelas reivindicações que unificam os explorados.

Realizado o primeiro ato contra o aumento das passagens em SP



Realizou-se, em 9/1, a primeira manifestação contra o aumento das tarifas do transporte público na cidade de São Paulo. O aumento abrange os sistemas da capital, de algumas cidades da região metropolitana e de outras cidades importantes do estado. O ato na capital teve concentração em frente à Prefeitura, na região central, e em seguida marchou até as proximidades do Terminal Bandeira. Apesar de ter sido convocado pelo Movimento Passe Livre (MPL), que historicamente defende a bandeira “Tarifa Zero”, a direção do ato, na prática, foi dividida com as principais organizações estudantis (UNE, UBES e UPES), todas sob a direção de correntes estalinistas, como a UP e o PCdoB. Já os sindicatos dos metroviários, da CPTM e dos motoristas de ônibus não mobilizaram suas bases, levando apenas alguns poucos representantes. Apesar das limitações, o protesto se constituiu como um ponto de partida importante na campanha pela derrubada do aumento.

O Partido Operário Revolucionário (POR) participou do ato com a sua banca de materiais, bandeiras, palavras de ordem e com a distribuição do seu manifesto, no qual constava a defesa, como ponto central, da estatização sem indenização das empresas de transporte, sob o controle dos trabalhadores. O POR é a única corrente que tem colocado os aumentos de tarifas nos marcos da elevação do custo de vida dos explorados. Nesse sentido, se contrapõe à bandeira de passe livre como um remédio para todos os males – bandeira que pode ser facilmente cooptada pelos governos, que utilizam dos subsídios para favorecer os capitalistas do setor, subordinando a aplicabilidade às condições econômicas, ou seja, utilizando essa bandeira como uma moeda de troca, como foi feito pelo atual prefeito Ricardo Nunes/ MDB.

O POR defende a bandeira do passe livre imediato para estudantes e desempregados, como ação emergencial dirigida a esses setores – na medida em que não recebem salário. Essas reivindicações devem ser combinadas à defesa do salário mínimo vital, com reajuste automático. Esta última consigna possui particular relevância, pois implica na defesa da elevação salarial conforme a subida dos preços em geral, inclusive das tarifas de transporte.

O problema é que essa perspectiva choca com a política corporativista do MPL e das entidades estudantis. O sistema de reivindicações apresentado pelo POR – estatização, salário mínimo vital, reajuste automático – exige a participação dos sindicatos e centrais, ao lado da juventude. Nesse sentido, a ausência das bases dos sindicatos ligados ao transporte constitui um grave erro. Principalmente nesse momento, em que a mobilização desses setores se faz mais urgente, dada a ofensiva privatista da burguesia e seus

governos, a exemplo do que se passa no metrô, setor que está na mira do governo Tarcísio, o qual já anunciou a intenção de entregar à iniciativa privada, ainda em 2025, a Linha Azul – isso sem contar o problema da repressão, dada a multa milionária imposta pela Justiça Comum ao sindicato dos metroviários pela greve de maio de 2021.

O correto seria a mobilização geral dos trabalhadores, não só os do transporte, afinal, a elevação das tarifas atinge a todos. Daí a necessidade de fazer a ligação com as reivindicações imediatas de vida das massas, em defesa dos empregos, salários e direitos, unindo empregados e desempregados. É o que se espera dos organismos de defesa das massas, diante da elevação do custo de vida e da piora das suas condições de existência. É com essa política que uma direção classista enfrentaria o aumento das tarifas. As direções – anarquistas e estalinistas -, porém, passam longe disso.

E os obstáculos não se limitam ao corporativismo. Sob a direção do MPL, tradicionalmente as manifestações não contam com carro de som. Assim, os manifestantes são guiados utilizando o mecanismo do jogral, o que dificulta muito a compreensão. A alegação sempre foi a de que esse formato seria mais “horizontal”. Na verdade, há um problema anterior: quando o MPL ganhou força, em meados dos anos 2000, ainda convocava as diferentes forças políticas para compor uma frente, a qual realizava plenárias/reuniões, onde se decidiam os diversos aspectos da organização dos atos. Essa era uma forma organizativa mais democrática, que, contudo, foi abandonada pelo MPL, especialmente depois da enorme projeção alcançada pelo Movimento após as Jornadas de Junho de 2013. No ato do dia 9/1, ninguém sabia para onde a marcha iria, qual o percurso, nada... Tudo foi decidido à revelia dos próprios manifestantes – o que desmonta a farsa da “horizontalidade”.

O POR defende a retomada das plenárias frentistas de preparação dos atos. Defende a ampliação da mobilização, como única maneira de pôr abaixo o aumento das tarifas. Defende romper o corporativismo. Defende que a resposta ao aumento das passagens se dê nos marcos da luta geral contra a carestia. Defendeu em seu manifesto que os sindicatos e centrais convocassem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações de rua, como preparação da greve geral, para revogar o aumento das tarifas, as privatizações, as contrarreformas dos governos Temer, Bolsonaro e Lula, além da defesa dos empregos, salários e direitos.

No ato, o POR fez ainda a ligação desse combate com a defesa internacionalista dos explorados que estão sofrendo com as guerras de dominação na Ucrânia e no Oriente Médio, dado que as condições de vida do proletariado mundial se agravam com as crises cíclicas do capitalismo, e lutar contra a carestia de vida se conecta com a luta anti-imperialista.



Manifesto do Partido Operário Revolucionário (POR)

Não ao aumento das tarifas do transporte em são paulo e demais cidades

Estatização do transporte coletivo, sem indenização, sob o controle dos trabalhadores

9 de janeiro de 2025

Na cidade de São Paulo, na região metropolitana e em outras cidades importantes do estado de SP, como Campinas, o ano de 2025 começou com mais uma carga nas costas do trabalhador: o aumento das passagens dos ônibus, do Metrô e CPTM. Os trabalhadores explorados, que em sua maioria tem arcado com a desvalorização salarial, informalidade, terceirização etc., deverão agora desembolsar mais para circular pelas cidades, seja para trabalhar, procurar trabalho ou mesmo para o lazer. A tarifa do Metrô e CPTM passará de R\$ 5,00 para R\$ 5,20, um aumento de 4%, e dos ônibus da capital, de R\$ 4,40 para R\$ 5,00, representando um aumento de 13,6%. Nas cidades de Ribeirão Pires, Taboão da Serra, Caieiras, Itaquaquecetuba, Osasco e Mauá, por exemplo, os aumentos foram de 11,34%, 9,43%, 10%, 13,72%, 9,43% e 9,52%, respectivamente. Todos acima da inflação, que em 2024 está estimada em 4,84%.

A prefeitura da capital paulista argumenta que a tarifa de ônibus estava congelada desde janeiro de 2020, que a inflação de lá até novembro de 2024 é de 32,77% (IBGE) e que, caso considerasse a recomposição da inflação, a passagem estaria em R\$ 5,84. Esse argumento é falacioso. A relação entre inflação e valor da tarifa, se aplicada desde a implantação do Plano Real (1994), quando a passagem era R\$ 0,50, resultaria em uma tarifa de aproximadamente R\$ 3,54. O prefeito Ricardo Nunes, que venceu as eleições prometendo que não aumentaria as passagens, afirmou também que o valor da tarifa é impactado por uma série de fatores, como o preço do diesel, o dissídio de funcionários, a estimativa de inflação e a alta do dólar. A realidade, porém, mostra que o sistema de concessões e subsídios no transporte enriquece a burguesia do setor e tem relação com as máfias do transporte público na cidade. Fica evidente também que a tarifa zero aos domingos não passou de uma medida eleitoreira, visando a reeleição. A conta está sendo cobrada agora, dos trabalhadores.

Algumas semelhanças com o fatídico ano de 2013, quando as massas derrotaram nas ruas o aumento das passagens, devem ser lembradas: o governo federal era do PT, o que colocava a maior parte da burocracia sindical e dos movimentos na posição de defesa do governo, contra as mobilizações populares; havia um governo autoritário no estado de SP, naquele momento o PSDB de Alckmin; hoje há o Republicanos de Tarcísio; as condições de vida dos trabalhadores estavam decompostas; por fim, havia um descontentamento geral com a politicagem burguesa e com as instituições do Estado burgueses.

Mas o mais importante em relação a 2013 é assimilar suas lições. O Movimento Passe Livre, que agora convoca a manifestação na capital, na época, não foi capaz de conduzir o movimento para sua própria bandeira histórica, o passe livre. Aceitou o circunstancial congelamento das passagens, que como podemos ver agora, se esfacelou, pois nos anos seguintes foram recuperados os vinte centavos e colocados outros tantos centavos em cima. A raiz do problema esteve na falta de vinculação do problema da passagem com as condições de vida das massas e suas reivindicações. O problema da passagem jamais pode ser descolado dos problemas gerais da maioria oprimida.

Os recentes anúncios de queda do desemprego e crescimento econômico do país mal mascaram que essa queda se dá sobre a base da gigantesca informalidade e trabalhos precários. Já o crescimento econômico tem servido para manter o pagamento religioso da dívida pública, não se revertendo em ganhos sociais aos explorados. O Arcabouço Fiscal e a recente contrarreforma de Lula/Haddad mostram a força do parasitismo financeiro no Brasil. Em SP, a dupla Tarcísio-Nunes ataca com as privatizações, especialmente do Metrô e CPTM, arrocho sobre os servidores, principalmente os da Educação, repressão policial violenta e assassina etc. Esses problemas estão vinculados ao aumento do custo de vida representado agora por esse aumento das tarifas. Eis porque é preciso lutar contra esse aumento como parte de um programa próprio de reivindicações da classe operária e da maioria oprimida.

Por outro lado, 2013 nos deixou uma valiosa lição a ser seguida. Representou uma vitória das massas nas ruas sobre a política burguesa dos governos. A mobilização de rua, parando a produção social, travando vias importantes etc., foi o principal fator na conquista do congelamento das passagens naquele momento. Nesse sentido, é tarefa desse movimento que se inicia impulsionar a mobilização das massas nas ruas. Pressionar as direções políticas (sindicais, estudantis) para que chamem as assembleias e organizem as mobilizações. Formar os comitês de bairro, fábricas e universidades para preparar o combate. Esse é o caminho para a vitória do movimento contra esses aumentos.

Neste movimento estão colocadas as bandeiras que unificam os trabalhadores e os estudantes na luta contra o aumento e pelas condições de vida das classes trabalhadoras. Essas bandeiras, que devem ser erguidas desde já, ganharão força com as massas nas ruas, sob uma direção proletária e revolucionária.

- Nenhum aumento do preço das passagens;
- Estatização sem indenização do sistema coletivo de transporte;
- Por um sistema público de transporte, controlado pelos trabalhadores;
- Passe livre para todos os estudantes e desempregados, como medida imediata de proteção àqueles mais atingidos pela crise capitalista;
- Fim das privatizações do governo Tarcísio;
- Pela revogação imediata das contrarreformas dos governos Temer, Bolsonaro e Lula, que possuem um objetivo comum: proteger os rendimentos dos parasitas da dívida pública;
- Salário mínimo vital, calculado hoje pelo DIEESE em R\$ 6,959,31, reajustado automaticamente de acordo com a carestia de vida;
- Pela redução da jornada de trabalho sem redução dos salários, como forma de resolver o problema do desemprego e da informalidade que assola milhões de brasileiros;
- Que as centrais sindicais e movimento convoquem imediatamente um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios, como forma de conquistar essas reivindicações e preparar o terreno para uma Greve Geral no país.

Pernambuco - Publicamos abaixo o Manifesto distribuído no ato contra o aumento das tarifas

Contra o aumento das tarifas do ônibus em Recife e região metropolitana

Abaixo a privatização do Metrô Recife

9 de janeiro de 2025

Na cidade do Recife e na região metropolitana, o ano de 2025 começou com mais uma carga nas costas do trabalhador: o aumento das passagens dos ônibus. A tarifa do bilhete único passou de R\$4,10 para R\$4,30. O aumento torna ainda mais difícil a situação dos trabalhadores explorados, que em sua maioria tem arcado com a desvalorização salarial, informalidade, terceirização etc., e deverão agora desembolsar mais para circular pelas cidades, seja para trabalhar, procurar trabalho ou mesmo para o lazer. O valor da tarifa é incompatível com a renda da imensa maioria dos recifenses, parcela significativa da população da RMR sofre com a falta de habitação, miséria, desemprego e fome. Segundo o IBGE, cerca de 40% dos recifenses vivem com renda de até ½ salário mínimo. É impossível responder ao problema da alta do custo de vida sem questionar o salário mínimo de fome ditado pelo governo. Segundo o DIEESE, o salário necessário seria de R\$6.959,31.

Enquanto a juventude pobre e os trabalhadores carregam o peso da alta do transporte, os capitalistas embolsam rios de dinheiro. O governo estadual repassa subsídios da ordem de R\$400 milhões para as empresas do Consórcio Grande Recife, que descumpra legislações de climatização, oferecem um péssimo serviço e ainda exploram intensamente os rodoviários. A categoria dos cobradores foi praticamente extinta, levando à superexploração dos motoristas que acumulam a dupla função e tornando o trânsito da cidade cada vez mais inseguro, com um número crescente de acidentes fatais envolvendo pedestres e ciclistas.

A retomada das mobilizações contra o aumento da tarifa e por melhorias no transporte coletivo, deve dar toda a atenção para o problema do metrô que está sob ameaça de privatização por parte do governo Lula (PT), em unidade com a governadora Raquel Lyra (PSDB). É criminosa a política dos governos de estrangular o orçamento do metrô, que leva ao sucateamento, panes e riscos de acidentes. Os trabalhadores pagam uma alta tarifa, de R\$4,25 para usar um serviço cada vez mais lento, inseguro e desconfortável. Apesar da ilusão alimentada pela direção sindical governista, Lula está planejando concluir a privatização em 2025/2026. No Rio de Janeiro, onde o metrô foi privatizado, a tarifa vai subir para R\$7,60, a tendência é que ocorra o mesmo no Recife se esse plano avançar. Não podemos aceitar a demissão e destruição de direitos dos 1.600 metroviários, o sindicato negociou um "acordo especial" que garante estabilidade apenas até o fim de 2026. O mesmo governo que se nega a financiar o metrô dignamente, promete, com a privatização, liberar uma fortuna às empresas privadas, na forma de investimentos e subsídios. Não podemos permitir que isso aconteça. Ainda é tempo de organizar a luta contra a privatização, orçamento para pleno financiamento e expansão do metrô e pelo controle dos trabalhadores no sistema de transporte como um todo. É preciso tirar o sistema de transporte das mãos dos capitalistas e dos políticos a seu serviço. São os trabalhadores que fazem o sistema funcionar e conhecem as necessidades de linhas, trajetos e melhorias no funcionamento.

Precisamos unificar as lutas em torno do transporte coletivo com as reivindicações mais gerais dos trabalhadores e juventude. As lutas contra a alta do custo de vida têm um potencial enorme

de colocar os trabalhadores em movimento. A juventude pobre já manifesta sua revolta cotidianamente, pulando catracas, driblando a cobrança abusiva. É necessário, porém, exigir das organizações estudantis, como UNE, UEP, UESPE, UMES, Grêmios, DCEs, centrais sindicais e sindicatos que organizem a luta unitária. Nossas reivindicações locais precisam estar articuladas com a luta nacional por empregos, salários e direitos. O aumento das tarifas e a privatização do metrô são parte de um conjunto de ataques que expressam o quanto os governos municipais, estadual e federal estão a serviço dos capitalistas. Pioram as condições de vida do povo para garantir o lucro de um punhado de empresários parasitas. Cortam o orçamento das áreas sociais, arrocham o salário mínimo, pioram os serviços públicos e destroem empresas estatais para favorecer banqueiros por meio do Novo Arcabouço Fiscal. Para os parasitas da dívida pública e capitalistas: tudo. Para a juventude pobre e trabalhadores: só miséria, subemprego, precariedade e a humilhação cotidiana no transporte coletivo.

As jornadas de 2013 nos deixaram uma valiosa lição a ser seguida. As massas nas ruas conseguiram, em várias cidades, reverter o aumento das tarifas e derrotar a política burguesa dos governos. A mobilização de rua, parando a produção social, travando vias importantes etc., foi o principal fator na conquista do congelamento das passagens naquele momento. Nesse sentido, é tarefa desse movimento que se inicia impulsionar a mobilização das massas nas ruas. Pressionar as direções políticas (sindicais, estudantis) para chamar as assembleias e organizar as mobilizações. Formar os comitês de bairro, fábricas e universidades para preparar o combate. Esse é o caminho para a vitória do movimento contra esses aumentos.

Neste movimento estão colocadas as bandeiras que unificam os trabalhadores e os estudantes na luta contra esse aumento e pelas condições de vida das classes trabalhadoras, como parte de um programa próprio de reivindicações da classe operária e da maioria oprimida. Essas bandeiras, que devem ser erguidas desde já, ganharão força com as massas nas ruas, sob uma direção proletária e revolucionária.

- **Nenhum aumento do preço das passagens;**
- **Estatização sem indenização do sistema coletivo de transporte;**
- **Por um sistema público de transporte urbano controlado pelos trabalhadores;**
- **Passe livre para todos os estudantes e desempregados, como medida imediata de proteção àqueles mais atingidos pela crise capitalista;**
- **Contra a privatização do metrô e pela reestatização de todas as empresas públicas privatizadas;**
- **Pela revogação imediata das contrarreformas dos governos Temer, Bolsonaro e Lula, que possuem um objetivo comum: proteger os rendimentos dos parasitas da dívida pública;**
- **Salário mínimo vital, calculado hoje pelo DIEESE em R\$ 6,959,31, reajustado automaticamente de acordo com a alta do custo de vida;**

Nesta edição:

Síria – Declaração do CERQUI;

Palestina – 15 meses de massacre;

Bolívia – Homenagem em vida ao nosso camarada Miguel Lora Ortuño; Neste 2025, a tarefa central do movimento operário;

Argentina - 23 anos após o levante popular

Chile - Editorial (Lucha Obrera no 53 dez. 23024);

Guillermo Lora - 33 anos da Dissolução da URSS – Estudos sobre a Revolução Política.

Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Declaração do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI)

O novo governo sírio começa a ser reconhecido pelo imperialismo que lhe impõe suas condições

9 de janeiro de 2025

• Em 8 de dezembro, o regime de Bashar al Assad na Síria caiu. Os EUA e Israel aproveitaram a oportunidade para atacar com força e destruir grande parte de sua capacidade militar. A Turquia apoiou abertamente o HTS, que assumiu o governo e redobrou seus ataques contra os curdos. Os países árabes e o estado sionista de Israel que se opõem ao Irã estão comemorando sua queda. O novo governo já se mostrou incapaz de levantar o povo sírio pela sua independência e soberania nacional.

• Os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a União Europeia montaram um cerco para comprometer o governo de Abu Mohammed al-Jolani, líder do HTS, com os objetivos estratégicos do imperialismo para o Oriente Médio. Os ministros das Relações Exteriores da França e da Alemanha já visitaram a Síria e o entrevistaram. Um enviado especial da ONU também viajou. Delegações do Reino Unido e dos Estados Unidos estabeleceram contatos diplomáticos com o HTS. Biden saudou a queda de Assad, alegando “que deveriam impedir o ressurgimento do Estado Islâmico”. Os EUA apoiaram o levante insurgente contra Assad até 2020 e nunca pararam de intervir na Síria. A política da União Europeia é aproximar-se do “governo de transição”. Uma delegação do governo sírio viajou para a Arábia Saudita. A Turquia reabriu sua embaixada e oferece ajuda econômica e militar.

• É um governo que nasceu dependente de forças externas. Isso mostra a falta de sua própria capacidade de reorganizar o país em novas bases econômicas e políticas decididas, apoiadas e defendidas pelas massas sírias. O líder da frente HTS (Hayat Tahrir al Sham – Movimento para a Libertação do Levante) é al-Jolani, que vem de um bastião que conseguiram manter em Idlib. Faziam parte da Al Qaeda até 2016, quando romperam com a organização.

• O imperialismo celebra a queda de al-Assad, mas não confia totalmente nos vencedores que descrevia até ontem como terroristas e que procuram condicionar. Os chanceleres europeus declararam expressamente que não financiarão uma nova estrutura islâmica e “exigirão que as minorias sejam respeitadas”. O chanceler francês se reuniu com os curdos, que vê como particularmente ameaçados. O imperialismo está preocupado com o avanço das milícias turcas contra as FDS (Forças Democráticas Sírias) que se multiplicaram desde 2016. A Turquia acusa o principal componente das FDS de serem as Unidades de Proteção Popular (YPG), filiadas ao PKK e “são terroristas”, e exige que deponham as armas.

• Nas últimas semanas, o SNA (Exército Nacional Sírio), apoiado

do pela Turquia, avançou sobre a cidade de Manbij, controlada pelos curdos, em Aleppo. O exército dos EUA estaria protegendo a população curda com sua base militar na região mas, principalmente, seus próprios interesses petrolíferos. No passado, as FDS curdas, apoiadas pelos EUA, derrotaram o Estado Islâmico. Agora aparece como um dos conflitos militares que mais se potencia.

• O governo de Bashar al-Assad era um governo repressivo sanguinário que derrotou grupos insurgentes na guerra civil que começou em 2011 (Primavera Árabe). A família Assad governou o país por mais de meio século, oprimindo as massas sírias e as nacionalidades que compõem o território. Hoje seus seguidores estão sendo perseguidos e reprimidos e ao mesmo tempo estão organizando resistência ao novo governo, sem acreditar nas promessas de pacificação e unidade nacional, não haverá “transição pacífica”.

• A sobrevivência do governo de Bashar Assad dependeu do apoio da Rússia e do Irã. Embora expressassem as contradições e conflitos com os Estados Unidos e aliados, limitaram-se à defesa de seus próprios interesses nacionais. Nas novas condições da crise mundial, marcada pela guerra na Ucrânia e na Faixa de Gaza e Líbano, ficaram expostas a decomposição e impotência do governo de Bashar Assad, bem como a impossibilidade da Rússia e Irã de reagirem à sublevação da oposição jihadista. A Rússia procura, agora, negociar com o novo governo os mesmos interesses econômicos e comerciais que foram garantidos em troca do apoio nos anos de confrontação com a jihad islâmica. O Irã, por sua vez, se viu obrigado a recuar, uma vez que se encontra enfraquecido pela ofensiva militar de Israel e Estados Unidos, apoiados pela convivência dos países árabes, como a Arábia Saudita, Jordânia, Catar, Emirados Árabes, Jordânia e Egito. Assim, se abriu caminho para o avanço do domínio dos Estados Unidos sobre a Síria. O que vai depender, certamente, da luta revolucionária, anticapitalista e anti-imperialista, das massas árabes e persas.

• A Síria vive uma tragédia. Os 13 anos de guerra civil internacionalizada deixaram cerca de 600.000 mortos, 6,8 milhões de refugiados, 13 milhões de deslocados e 90% da população jogada no precipício da miséria. A queda de Assad reabre a guerra civil internacionalizada pelo controle do país em outras proporções. Nessas condições, o novo governo não será capaz de garantir a paz enquanto se intensificam a intervenção imperialista na região e a ofensiva anexionista do Estado sionista de Israel.

• Se agrava o processo de balcanização, fragmentação e desinte-

gração da Síria. As intervenções militares dos EUA e de Israel estão destruindo ainda mais o país. Já destruíram boa parte de sua capacidade militar ao lutar para assumir o controle dele e limitar ao máximo o poder do HTS, impedindo seu rearmamento e potenciamento.

- É preciso lembrar que a Síria desempenhou um papel muito importante no Oriente Médio no século passado, que foi um forte ponto de referência na resistência ao colonialismo, de rejeição à criação do Estado de Israel, que rejeitou as intervenções militares americanas e promoveu a unidade das nações árabes. A Síria facilitou a intervenção do Hezbollah no Líbano. Por essas razões, foi economicamente sancionada pelo imperialismo.

- Nesse reconhecimento da tragédia síria, não devemos perder de vista o caráter capitalista e de classe do Estado e sua expressão governamental encarnada pela dinastia Assad. A Síria sofreu com as condições econômicas ditadas pelas potências imperialistas, começando com a ocupação francesa em 1920. A rebelião síria contra a opressão nacional, em meados dessa década, embora esmagada pela França, foi a base do movimento nacionalista que em 1958 levantaria a bandeira da unificação territorial constituindo uma “República Árabe Unida”. Com a ideia de que uma Síria e um Egito unificados estariam em melhor posição para garantir a independência das forças do imperialismo. Embora a experiência tenha sido breve, apenas 3 anos, eles plantaram a bandeira da necessidade de uma “Federação das Repúblicas Árabes”. Foi nesse quadro que a Síria lutou pela reunificação com o Líbano, entrando em confronto com a oposição francesa.

- A trajetória política da Síria, desde a Primeira Guerra Mundial, com o acordo de partilha Sykes-Picot de 1916 - devido ao colapso do Império Otomano - tem sido buscar a unificação como forma de enfrentar a nova dominação encarnada pela Inglaterra e pela França.

- No final da Segunda Guerra Mundial, com a nova divisão, a Síria, que proclamou sua independência em 1941, se opôs categoricamente à decisão da ONU de estabelecer o Estado sionista de Israel na Palestina. Essa determinação colocou a Síria em uma posição destacada na resistência nacionalista à ofensiva dos EUA no Oriente Médio.

- A criação do Partido Socialista Árabe Baath em 1947 foi importante. O general Rafez al-Assad começou a dirigi-lo depois de assumir o poder no final dos anos 1970. Ele manteve a linha nacionalista de unificação dos países árabes.

- A guerra entre o Iraque e o Irã em 1980 socavou as tendências unificadoras, que já haviam sido enfraquecidas pelo fracasso do nacionalismo assumido pelo Egito, sob a liderança de Gamal Abdel Nasser. Em sua base está a crescente divergência em torno ao domínio de Israel sobre a Palestina e a crescente influência dos EUA sobre os estados e governos árabes, dada a crescente importância estratégica da economia do petróleo e da rota comercial marítima. Os confrontos da Síria com Israel em solo libanês aumentaram.

- Quando Bashar al-Assad assumiu o lugar de seu pai no governo em junho de 2000, a situação no Oriente Médio era explosiva. A Síria se recusou a participar dos acordos de Oslo de 1993, opondo-se assim à OLP, e condenou a criação da Autoridade Palestina em 1994. O conflito da Síria com Israel assumiu uma proporção importante com a guerra de 1967 e a anexação das Colinas de Golã por Israel em 1981.

- A invasão do Iraque pelos EUA em abril de 2003 foi rejeitada pela Síria. Os Estados Unidos impuseram sanções econômicas a ele. Em 2011, a chamada “Primavera Árabe” abalou vários governos no norte da África e no Oriente Médio. Nas condições da guerra que arriuou o Iraque e dos movimentos para desafiar as ditaduras, antagonismos nacionais e religiosos eclodiram.

- A projeção do movimento nacionalista-religioso do Estado Islâmico, cuja organização foi impulsionada pela intervenção dos EUA no Iraque, refletiu-se amplamente no processo de crise econômica e política na Síria.

- A guerra civil que começou em 2011 expôs várias facções ligadas ou não à jihad islâmica. Se desencadeou a campanha global do imperialismo dos EUA e seus aliados contra o que eles descreveram como

organizações terroristas. Não foi exatamente uma guerra civil, uma vez que forças exteriores à Síria já estavam presentes. Houve até uma grotesca aliança entre a Rússia, os Estados Unidos e a Turquia contra o Estado Islâmico e a Al-Qaeda. O esmagamento da jihad no Iraque e na Síria permitiu um acordo de cessar-fogo provisório. O governo de Assad, no entanto, tornou-se refém do apoio da Rússia, enquanto a Turquia, o Catar e os Estados Unidos apoiaram facções organizadas que acabariam derrubando o governo em 8 de dezembro de 2024.

- O ataque da Organização do Levante para a Libertação da Síria (Hayat Tahir al-Sham/HTS) ocorreu no âmbito da intervenção do Estado sionista na Faixa de Gaza e no Líbano. Os ataques de Israel ao território sírio evidenciaram a impotência do governo Assad. Assim, a Turquia e seus aliados neste objetivo prepararam o terreno para sua derrubada. Neste contexto, a Rússia, o Irã e o povo palestino são os grandes perdedores.

- A autodeterminação da Síria depende do fim da opressão de múltiplas nacionalidades, constituindo um Estado Federativo Socialista. Esse objetivo se estende a toda a região do Oriente Médio, como mostrou a guerra de Israel na Faixa de Gaza e no Líbano. Concretamente, trata-se de organizar um movimento revolucionário para derrotar e expulsar o imperialismo norte-americano e aliados.

- É imperativo construir uma frente única anti-imperialista, sob a direção do proletariado. Somente a revolução social pode quebrar a cadeia de opressão do capital imperialista e conquistar o direito à auto-extermínio das nações oprimidas.

- A guerra de Israel lançada em outubro de 2023 contra o povo palestino expôs as profundas contradições que vêm abalando o Oriente Médio no marco da decomposição do capitalismo mundial. É por isso que não haverá pacificação na Síria com a queda da ditadura de Bashar al-Assad. Estão à vista de todos os ataques de Israel e dos Estados Unidos para destruir qualquer capacidade de resistência síria aos objetivos anexionistas que estão na base das guerras em curso.

- A emancipação de todos os povos oprimidos da Síria e de toda a região só será alcançada com a criação de uma República Socialista do Oriente Médio que garanta a autodeterminação de todas as nacionalidades, expulsando o imperialismo, recuperando todos os recursos.

- O caminho para a revolução social está aberto, depende da construção da direção revolucionária do proletariado.

- Estamos vivendo uma etapa de profundas convulsões em todo o mundo como resultado da acelerada decomposição capitalista que abriga em suas entranhas as tendências bélicas, as crises políticas e o agravamento da luta de classes. Acontecimentos que revelam o esgotamento da ordem internacional pactuada após a Segunda Guerra Mundial e a luta para impor uma nova ordem. É cada vez mais evidente que os EUA estão progredindo nos preparativos para sua guerra contra a China.

- O Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional mostrou que o programa da revolução social emerge objetivamente das tendências desintegradoras do capitalismo. Trata-se da vanguarda consciente de incorporá-la e traduzi-la para o interior das lutas, ligando as reivindicações mais elementares à estratégia da revolução socialista.

Organizar a frente única anti-imperialista pela autodeterminação da Síria!

Expulsar todas as forças econômicas, políticas e militares que exercem opressão nacional!

Unir as massas exploradas da Síria com as de todos os países do Oriente Médio!

Pelo fim imediato da guerra na Faixa de Gaza e no Líbano, com a retirada das forças de ocupação israelenses!

Promover a luta unificada das nações oprimidas contra a dominação imperialista, sob o programa da revolução social e a estratégia dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio!

Palestina

15 meses de massacre sobre os palestinos

Abaixo a perseguição e ameaça àqueles que lutam

Ao passo que o Estado sionista de Israel segue seu plano de anexação completa do território palestino, com novas ações sobre o norte de Gaza, executa também ataques contra posições do Houthis no Iêmen, na capital e em uma cidade portuária. Os números da matança não são confiáveis, mas expressam o alcance do genocídio. Enquanto o governo local, do Hamas, afirma que são aproximadamente 45 mil mortos, estudos indicam que esse número está subestimado em até 40% do real. Outra pesquisa recente apontou que já morreram ao menos 1098 bebês devido às ações israelenses. Só na primeira semana de 2025, já foram assassinadas 74 crianças segundo a Unicef.

Na Cisjordânia, os conflitos se intensificam. De um lado, a ocupação israelense avança sobre territórios palestinos, por outro, a Autoridade Nacional Palestina (ANP), liderada por Mahmoud Abbas, que governa a região sob a tutela de Israel, amplia suas ações contra o que chamam de “os fora da lei”, jovens armados pertencentes a grupos radicais. Momentos antes do final do ano, uma jovem de 21 anos, que denunciava as mazelas dos palestinos, foi morta com um tiro na cabeça. A mãe, que estava com ela, e outros presentes afirmam que o tiro foi disparado pela ANP.

Neste contexto de tensão, os Emirados Árabes Unidos, os EUA e Israel têm feito reuniões para decidir o que será de Gaza com o fim da guerra. Nenhum documento oficial foi apresentado, mas planejam a reconstrução de Gaza e uma supervisão internacional, liderada pelos Estados Unidos, para garantir uma nova governança na região. Trata-se dos planos do imperialismo de estender seu domínio sobre o Oriente Médio.

No Brasil, o tema voltou aos jornais nas últimas semanas. Em dezembro de 2024, Maira Pinheiro e Caio Almeida, através da Fundação Hind Rajab, apresentaram à Justiça Brasileira uma representação para investigação sobre a prática de crimes de guerra, com o requerimento de decretação de prisão provisória, apreensão de passaporte, entre outras medidas, contra Yuval Vagdani, israelense, membro das forças armadas de Israel. A denúncia se deu em razão de sua presença no território brasileiro. A aceitação da justiça em abrir investigação gerou reações entre os grupos reacionários, e o apoio e solidariedade aos companheiros que estão sendo atacados e ameaçados, especialmente a advogada Maira, que têm recebido até ameaças de morte. O POR se coloca em to-

tal solidariedade à companheira contra os sionistas.

O soldado foi contrabandeado para a Argentina com a ajuda do Ministério das relações exteriores de Israel. De lá partiu para Miami, nos EUA, e na quarta-feira voltou para Israel. Nesse mesmo dia, Israel lançou novas diretrizes para os soldados em relação às redes sociais. Uma das publicações de Vagdani nas redes dizia: “Continuar destruindo e esmagando este lugar imundo sem pausa, até os seus alicerces”. Com essa medida, Israel busca isolar ainda mais suas ações em Gaza e na Cisjordânia do conhecimento popular, mesmo dos próprios israelenses. É bom lembrar que a censura aos jornais já vem sendo feita pelo governo de Netanyahu, como no caso do jornal Haaretz, que publicou em maio passado uma matéria com diversos pontos vetados pelo governo.



A permanência do genocídio, as constantes violações de Israel ao Líbano, Iemen, Irã, Síria, além das incertezas em relação ao novo governo dos EUA e suas ações protecionistas que seguem em um crescente, estão em contradição com a paralisia dos movimentos de apoio e solidariedade ao povo palestino. As grandes manifestações na Europa e nos EUA já não são mais vistas. Mesmo a pressão que vinha sendo feita para que os governos burgueses de todas as cores rompessem as relações diplomáticas e militares com Israel já se limita a eventos isolados. O governo brasileiro, através de Lula, garantiu a passividade das direções políticas com acenos em palavras aos palestinos, mas sem precisar aplicar nenhuma medida concreta. Refletiu a submissão das direções ao governismo.

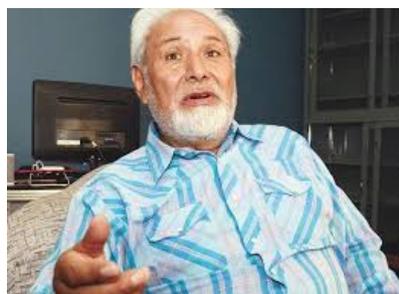
É preciso retomar o caminho da luta internacional em favor dos palestinos. Retomar o que foi o embrião de uma frente única anti-imperialista. A necessidade de retomar a luta implica também o fortalecimento da defesa daqueles que estão sendo atacados e perseguidos pelos sionistas ao fazerem a defesa dos palestinos.

Uma homenagem justa, precisa e sensível. Memória Eterna ao nosso camarada Miguel Lora

Partido Operário Revolucionário (POR), seção brasileira do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI)

Homenagem em vida ao nosso camarada Miguel Lora Ortuño

Miguel está hospitalizado sofrendo de câncer, infelizmente, terminal. Fundador e construtor da URMA, será para sempre um exemplo do revolucionário profissional que só pode ser encontrado dentro do POR. Um militante que entregou toda a sua existência à causa revolucionária para acabar com o regime capitalista em total decadência e que arrasta a humanidade para a barbárie. Miguel Lora, um lutador incansável pelo estabeleci-



mento do governo operário-camponês e das classes empobrecidas. Um governo que libertará o País da opressão imperialista, que o livrará dos interesses que os saqueadores impõem e da condição de país capitalista atrasado, de semicolônia do imperialismo.

(Extraído do Jornal Massas, nº 2819, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Bolívia

Neste 2025, a tarefa central do movimento operário é recuperar a independência sindical da C.O.B., da F.S.T.M.B., da C.S.T.F.B., para enfrentar as medidas pró-empresariais e anti-operárias aplicadas por Arce Catacora e que serão aprofundadas pelo próximo governo que emergir do circo eleitoral burguês

Para a economia das famílias proletárias e da classe média de baixa renda, as perspectivas não são de melhoria ou recuperação. Em 2024, o poder de compra dos salários caiu 30%, um terço a menos. No futuro, a escalada inflacionária continuará e com ela a desvalorização da moeda boliviana. Já está anunciado para fevereiro o aumento do preço das passagens intermunicipais e interdepartamentais, bem como o do pão. Além disso, o governo persiste com sua política de cancelamento gradual do subsídio ao preço do diesel e da gasolina, autorizando mais de 47 empresas privadas a importar combustíveis livremente, medida que fará com que os preços subam ainda mais. Também continua a permitir que latifundiários do oriente persistam em destinar a maior parte de sua produção para exportação, desabastecendo o mercado interno. Os preços da carne, do petróleo, do arroz etc. não caem por uma única razão: o negócio especulativo que gera lucros extraordinários para os grandes empresários persiste, sem que o governo lhes toque em um fio de cabelo.

As principais organizações operárias continuam sendo controladas pelo governo e, portanto, não convocarão nenhuma mobilização em defesa da economia dos trabalhadores ou uma luta por um aumento salarial de acordo com o custo atual da cesta familiar (salário mínimo vital com escala móvel). Pelo contrário, neste ano eleitoral, os burocratas sindicais (Huarachi, Quispe, Segundo etc.) buscarão desesperadamente se infiltrar nas listas de candidatos de Arce Catacora, comprometendo, mais uma vez, as históricas e gloriosas instituições operárias, colocando-as a serviço das candidaturas eleitorais burguesas.

Estamos à véspera do 33º Congresso Ordinário da FSTMB, convocado para o final de janeiro. No qual os mineiros devem dar uma resposta classista e revolucionária à crise econômica que o país está enfrentando.

Basta de continuar apertando o cinto dos esquilidos trabalhadores. Está na hora de liderarem uma mobilização nacional para

expulsar as multinacionais do país e orientar a luta para nacionalizar os grandes latifúndios e o agronegócio do oriente, nacionalizar o ouro do norte de La Paz e da Amazônia, nacionalizar os bancos privados estrangeiros e nativos, além de estabelecer o monopólio estatal do comércio exterior e da movimentação de dólares que flui no país. É a única saída real da crise caracterizada pela saída de dólares gerados pela atividade produtiva nacional para o exterior.

É necessária uma direção sindical que defenda o bolso dos trabalhadores e não os lucros dos patrões, enfrentando as medidas neoliberais aplicadas por este governo de Arce Catacora. Que convoque todo o povo boliviano a breçar o avanço do Programa de Ajuste neoliberal ("sinceramento da economia", como gostam de chamar esses profetas do livre mercado), que prometem abertamente aplicar as candidaturas de direita, bem como camufladamente a aplicação dos candidatos do MAS, no caso de vencer as eleições presidenciais. Ao neoliberalismo que espreita, o derrotaremos nas ruas e estradas, e não nas urnas.

Por outro lado, a Federação tem a obrigação de estabelecer uma posição de independência política diante do processo eleitoral deste ano, onde os partidos burgueses entram em concorrência, alguns para voltar ao poder depois de duas décadas e outros para continuar mamando das tetas do Estado. As eleições não resolverão a crise econômica. É certo que o próximo governo também fará os explorados gemerem com políticas econômicas que beneficiam exclusivamente os donos do capital. A defesa da mineração estatizada, a preservação das fontes de trabalho na mineração privada e o respeito às conquistas salariais e sociais só se efetivam com os métodos de luta da classe operária: greves, mobilizações e ação direta.

POR UM SINDICALISMO INDEPENDENTE E REVOLUCIONÁRIO!

(Extraído do Jornal Massas, nº 2819, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Argentina

19 e 20 de dezembro de 2001-2024 23 anos após o levante popular

Para que se vão todos, e não fique nenhum. Temos de expulsá-los a pontapés!

Os meses anteriores e posteriores àquelas jornadas expressaram um levante popular como poucas vezes aconteceu na história. O ministro Cavallo caiu, o presidente De la Rúa caiu imediatamente, foram 5 presidentes em pouco mais de uma semana. 39 mortos e mais de 500 feridos em todo o país. Uma crise do Estado. A burguesia não sabia como sair do caos em que se meteu e a classe ope-

rária não podia, uma vez que não tinha uma direção revolucionária para guiá-la em direção à sua própria saída, à tomada do poder.

Embora milhões de trabalhadores empregados e desempregados estivessem presentes, a CGT estava ausente. Não nos esqueçamos disso!

Duhalde, o último dos 5 presidentes, que completaria o mandato de De la Rúa, teve de convocar eleições antecipadas após o Massacre da Ponte Pueyrredón em 26 de junho de 2002. Os partidos políticos, os políticos burgueses, os burocratas sindicais, os legisladores, o judiciário, enfim todas as instituições, foram questionadas.

Como foi possível apagar tal incêndio? A burguesia conseguiu desviar o movimento. Como insistentemente enfatizaram os Kirchner: “vimos apagar o incêndio”. Foi uma combinação de políticas: tomar as bandeiras dos direitos humanos como suas, tomar as demandas dos movimentos dos desempregados institucionalizando-os, tomar as demandas sindicais e dar intervenção ativa à CGT, a Moyano, intervindo nos conflitos sindicais junto com Néstor Kirchner, para aparecer resolvendo-os, chamando-os a ocupar as ruas para substituir os grupos piqueteros que fazia anos ocupavam o centro dos protestos; adotando um discurso nacionalista de ruptura com os EUA etc. E aproveitaram o reajuste salarial e o da aposentadoria mínima. Foi uma mudança de frente da burguesia, aplicando uma quantidade de políticas que despertaram ilusões democráticas. Um governo que parecia romper com o neoliberalismo, sem tocar em grande parte de suas imposições das duas décadas anteriores.

Esse processo acabou se esgotando em 2015, permitindo que um conservador chegasse ao governo pela primeira vez pela via eleitoral, um empresário de direita ligado ao capital financeiro e beneficiário das políticas da ditadura e do menemismo. As condições de vida e de trabalho regrediram, o endividamento do país e as negociatas aumentaram e Macri não conseguiu se reeleger. Depois de lutas importantes, especialmente desde o final de 2017, esse governo estava esgotado, mas sobreviveu até o fim porque o peronismo e a CGT garantiram a sua governabilidade, sabendo que o derrotariam nas urnas.

A vitória de Fernández-Kirchner reabriu as ilusões que foram frustradas por seu mau governo, que não só não conseguiram recuperar as condições de vida e trabalho da maioria, mas a pioraram - a pobreza e a precarização trabalhista cresceram. Com sua derrota eleitoral, se fecharam 40 anos de uma democracia burguesa esgotada, com um forte agravamento da crise social à beira duma catástrofe, que trouxe um personagem como Milei ao governo.

Um governo tomado pelas grandes corporações nacionais e estrangeiras, que instalaram um regime de ditadura civil para impor um enorme número de contrarreformas, que eliminam direitos e apagam com um golpe de caneta regulamentações, controles e restrições para os grandes capitalistas, reforçando a sujeição do país ao capital financeiro, acelerando a pilhagem de seus recursos. Os capitalistas mais poderosos têm lucros extraordinários às custas do saque do bolso do povo.

Trabalhadores, jovens e aposentados responderam imediatamente, enfrentando todos os protocolos repressivos, com greves e mobilizações de massa como não se via há muitos anos.

As condições sociais hoje são piores do que em 2001, uma verdadeira catástrofe social:

O nível de pobreza no Conurbano é em média de 60% da população em geral, mas entre jovens e crianças menores de 18 anos é de cerca de 75%. O consumo de carne, leite, pão e erva-mate caiu para níveis históricos.

Menos de 10% da população recebe uma renda que cobre o custo da cesta básica. Houve um declínio acentuado na renda dos aposentados que também são privados do benefício de medicamentos gratuitos.

A perda de centenas de milhares de empregos foi provocada pela interrupção das obras públicas, demissões no Estado, demissões massivas, demissões “voluntárias” em grandes empresas e a debandada que vem de mãos dadas com a destruição das pequenas e médias empresas com atividades ligadas ao consumo interno e à abertura indiscriminada das importações.

Cresce a precarização definitiva do emprego devido ao superdimensionamento do trabalho autônomo (que os autodenominados libertários chamam de empreendedorismo), como o dos trabalhadores informais habituais que já afetam 43% da População Economicamente Ativa.

Estamos diante de um forte retrocesso na distribuição de renda em favor da minoria mais rica, especialmente desde a megadesvalorização de dezembro de 2023.

Como em 2001, a crise de direção revolucionária continua vigente, o que devemos resolver para que o próximo levante popular efetivamente varra todo o lixo e podridão capitalista e impeça que outro representante burguês assumo o poder. Na próxima, temos de estar preparados para derrubar a burguesia e possibilitar que os operários e os oprimidos tomem o poder em suas mãos pela primeira vez.

É preciso combater qualquer ilusão de que, por meio de eleições ou no Congresso, Milei pode ser derrotado. Somente a ação direta das massas será capaz de conseguir isso.

Tomamos algumas das demandas discutidas pelas organizações que convocam mobilizações no dia 20.

*** É necessário trabalhar por uma greve nacional ativa e um plano de luta para derrotar o plano de Milei e seus cúmplices. Abaixo o pacto da burocracia sindical com o governo e a cumplicidade de todos os partidos patronais.**

*** Abaixo a reforma trabalhista, o RIGI e o Mega DNU. Nulidade imediata das corruptas “Lei Bases”. Basta de ajustes, entrega, pilhagem e repressão. Defesa Ambiental.**

*** Chega de demissões. Nenhuma flexibilidade trabalhista. Por trabalho efetivo. Reintegração dos demitidos do setor privado, do Estado e do Plano Potenciar Trabalho e de todos os programas sociais. Chega de fome, pela devolução dos alimentos a todos os refeitórios populares. Defesa de todas as fábricas recuperadas. Chega de precarização trabalhista!**

*** Por um salário mínimo e aposentadoria equivalentes ao custo da cesta básica. Abaixo os tarifas. Restituição da medicação ao 100% fornecida pelo PAMI aos aposentados e pensionistas.**

*** Abaixo as privatizações. Não ao pagamento da dívida externa fraudulenta. Fora o FMI. Nacionalização sob controle operário das ferrovias, bancos e comércio exterior.**

*** Basta de criminalização judicial e perseguição política ao movimento piquetero e a todos aqueles que lutam. Arquivamento de todos os processos contra os combatentes. Abaixo o protocolo de Bullrich e o repressivo “comando unificado”!**

*** Chega de impunidade e negacionismo. São 30 mil. Punição para todos os culpados dos assassinatos das jornadas do 19 e 20 de dezembro de 2001.**

*** Todo o apoio ao povo palestino contra o genocídio sionista. TODOS AO 20 DE DEZEMBRO NA PLAZA DE MAYO!**

POR UM PLANO DE LUTA ATÉ QUE TODO O PLANO DE MILEI E SEUS CÚMPLICES SEJA DERROTADO!

(Extraído do Jornal Massas, nº 471, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskyista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



Lucha Obrera N° 53 - Editorial

A profunda crise da economia capitalista decompõe todas as suas instituições, especialmente os partidos políticos da burguesia. Denominados como “classe política”, os grandes partidos de outrora concentravam muitos militantes que foram atomizados em diferentes grupos com seus interesses particulares. Todos perseguindo o objetivo primordial de defender a propriedade privada dos meios de produção, sustentar e manter o regime político capitalista e defender a frágil e decadente burguesia nacional. Classe opressora dos explorados, mas permanentemente obediente e disposta a facilitar a rendição de seu povo e recursos naturais, favorecendo o grande capital imperialista norte-americano.

Os políticos defendem os interesses da classe opressora, o que enfraquece seus partidos, pois a diminuição de sua militância ao longo dos anos mostra a defecção dos que em princípio acreditaram nas promessas dos governos burgueses e se comprometeram com uma participação ativa. E o apoio substantivo a esses conglomerados políticos, o descrédito aos olhos dos cidadãos, é verificado diretamente ao perceber que é difícil aliviar suas condições de vida miseráveis, devido à decomposição do sistema capitalista que permite a corrupção crescente, o obscurantismo, a vassalagem e escravidão, obstaculizando qualquer possibilidade de progresso. Todos os políticos burgueses sustentam a burguesia nacional decadente, voltada a manter a nação ao saque imperialista.

A América hispânica, submetida desde sua colonização ao império espanhol, após uma prolongada luta de libertação, é dividida em estados nacionais, que se tornaram semicolônias dos ingleses e, atualmente, do imperialismo norte-americano. A ganância das burguesias, divididas por fronteiras nacionais, precursoras das guerras, incentivaram o chauvinismo usando como bucha de canhão os operários, camponeses e povos oprimidos em defesa de seus interesses mesquinhos. A classe operária e os oprimidos nacionais devem se opor com todas as suas forças às guerras burguesas e promover guerras de libertação.

Para isso precisam levantar o programa revolucionário da classe operária, unindo os povos oprimidos contra as injustiças e arbitrariedades da classe opressora nacional e imperialista.

O senador da Frente Ampla, Sr. Juan Ignacio Latorre, confessa que, como partido, estava preparando um panfleto com seus militantes, certamente para mostrar os avanços do governo, mas não pôde realizar tal ato político, porque seus militantes faltaram à atividade. A perda de militantes em todos os partidos da classe dominante é uma manifestação da crise estrutural do sistema de produção capitalista. Mostra-se com absoluta clareza que o governo de Gabriel Boric representa o setor de esquerda da burguesia nacionalista, os mesmos que, em uma etapa revolucionária das massas oprimidas, tanto proletárias quanto camponesas, que lutavam pela libertação do capitalismo, foram desviadas pela política estalinista e social-democrata a apoiar o governo reformista de Salvador Allende, que permitiu a instalação da contrarrevolução de Pinochet, cujos efeitos brutais que recaíram sobre os oprimidos ainda persistem.

A construção do partido da classe operária é uma obra revolucionária. Não admite a conciliação de classes. Seu princípio fundamental é tomar o poder, acabar com a propriedade privada dos meios de produção, que se encontram nas mãos de uma classe minúscula e inescrupulosa que se enriqueceu com o trabalho dos operários e o saque dos recursos naturais.

A POLÍTICA REVOLUCIONÁRIA DA CLASSE OPERÁRIA SE BASEIA NO SEU PROGRAMA REVOLUCIONÁRIO, QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E DITADURA DO PROLETARIADO, PARA ESMAGAR E DESTRUIR A POLÍTICA BURGUESA. A DITADURA DO PROLETARIADO SERÁ REALIZADA SOB UM GOVERNO OPERÁRIO-CAMPONÊS, UNIDA AO MUNDO PELO INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO, COM O OBJETIVO DE RECONSTRUIR A QUARTA INTERNACIONAL. É NESSE TERREMO QUE O POR E O CERQUI CAMINHAM EM DIREÇÃO AO FUTURO PRÓXIMO.

LANÇAMENTO!

INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza

A Decomposição do capitalismo traz à tona o programa da Revolução Social. A Tarefa histórica consiste em superar a crise de direção.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

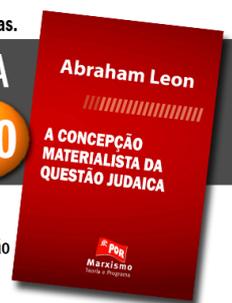


LANÇAMENTO! Adquira já com o distribuidor do Massas.

A CONCEPÇÃO MATERIALISTA DA QUESTÃO JUDAICA

Abraham Leon

Um estudo profundo da história de opressão sofrida pelos judeus. O caráter programático da obra do judeu Abraham se verifica no fracasso histórico do sionismo, da luta palestina, da decomposição capitalista e da necessidade dos explorados retomarem o curso das revoluções socialistas, proletárias e internacionalistas.



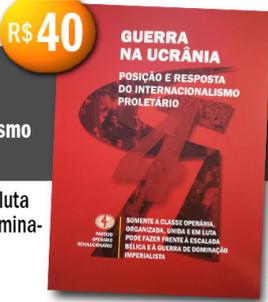
LANÇAMENTO!

GUERRA NA UCRÂNIA

Posição e resposta do internacionalismo proletário

Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.



LANÇAMENTO!

PALESTINA

Posição e resposta do internacionalismo proletário

Somente a classe operária e os demais trabalhadores, organizados, unidos e em luta podem derrotar o Estado sionista de Israel, os Estados Unidos e aliados.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.





Guillermo Lora

33 anos da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

ESTUDOS SOBRE A REVOLUÇÃO POLÍTICA – GUILLERMO LORA

“A nacionalização da terra, dos meios de produção industrial, dos transportes e da troca, juntamente com o monopólio do comércio exterior, constitui as bases da sociedade soviética. Essas relações estabelecidas pela revolução proletária definem aos nossos olhos a União Soviética como um Estado operário”.

(Leon Trotsky, A Revolução Traída, agosto de 1936)

Apresentação

Encontramos nas Obras Completas de Guillermo Lora os seguintes documentos: *A Contrarrevolucionária Perestroika*, fevereiro de 1990, tomo LIII; *A luta contra o estalinismo e O restabelecimento capitalista na Rússia e no Leste Europeu*, agosto de 1991, tomo LV; *Vigência do marxismo leninismo trotskismo*, novembro de 1991, tomo LVI; *Documento da VIII Reunião do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV*

Internacional, fevereiro de 1992, aprovado na Conferência Internacional do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (1 e 2 de março de 1992), tomo LVII; *Apontamentos para uma resolução política sobre o problema internacional. A restauração capitalista na ex-URSS, país do Leste Europeu, China, Cuba*, março de 1994, tomo LIX; *Comentário ao folheto ‘Trotsky regresso à URSS’*, novembro 1995, tomo

LXII; *Stalin: um morto imortal*, março de 1997, tomo LXIV; *Tarefa fundamental: reconstrução da IV Internacional*, janeiro de 1998, tomo LXV. *A Revolução Russa*, fevereiro de 1998 – tomo LXV.

Seguiremos a ordem cronológica da exposição das principais passagens dos escritos de Guillermo Lora sobre a revolução política.

A Contrarrevolucionária Perestroika, 1990, tomo LIII

Observação

A obra “A Contrarrevolucionária Perestroika”, de Guillermo Lora, foi publicada em livro em fevereiro de 1990, e republicada nas Obras Completas, no tomo LIII (53), datada do ano 2000. Em dezembro de 1991, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) foi demolida pela contrarrevolução restauracionista. Passaram-se, portanto, um ano e dez meses da publicação do livro de Lora. Essa derrocada da mais avançada conquista da Revolução Russa surpreendeu pela rapidez dos acontecimentos que refletiram a Perestroika-Glasnost de Gorbachev. Em 1985, a direção do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) iniciou a discussão sobre as reformas econômicas e políticas que viriam a desaguar no XXVII Congresso do PCUS, de fevereiro de 1986. Na condição de Secretário-Geral eleito pelo Comitê Central, em março de 1985, Mikhail Gorbachev, passaria a chefiar um movimento voltado à restauração capitalista. Cinco anos depois, o processo restauracionista avançaria rumo à desintegração da URSS.

Ressaltam-se as formulações do dirigente do Partido Operário Revolucionário da Bolívia (POR) tanto por combater as medidas contrarrevolucionárias da Perestroika-Glasnost quanto por desenvolver a linha da IV Internacional assentada na estratégia da revo-

lução política. A desintegração dos regimes burocráticos no Leste Europeu e as manifestações de massa puseram à luz do dia, do ponto de vista prático, o programa da revolução política e com ele a profunda crise de direção. Ou a classe operária encarnaria a tarefa de derrubar a burocracia restauracionista, ou essa avançaria no sentido da liquidação das conquistas revolucionárias que se ergueram desde a Revolução Russa, entre elas a constituição da URSS.

A obra “A Contrarrevolucionária Perestroika” é gestada nos marcos convulsivos dos embates das massas com os regimes burocráticos completamente degenerados, da intervenção das forças do imperialismo voltadas a interromper processo de transição do capitalismo ao socialismo e dos planos da burocracia soviética em impulsionar as relações de produção capitalista, acabando com a economia nacionalizada e planificada, bem como com o monopólio do comércio exterior. Lora se apoia inteiramente nas caracterizações e formulações programáticas de Trotsky, consubstanciadas no terreno da luta da IV Internacional contra o terrível restauracionista chefiado pela ditadura burocrática de Stalin.

É fundamental observar e considerar no estudo desse trabalho, passados 34 anos de sua publicação, que Lora não descuidou de mostrar não só o diagnóstico e a resposta revolucionária, como também o prognóstico sobre a possibilidade da restauração triunfar. Não pode haver dúvida de que a liquidação da URSS se encontra latente no prognóstico da obra de Lora “A Contrarrevolucionária Perestroika”.

Nesses 33 anos de dissolução da URSS, emerge a importância do posicionamento do POR da Bolívia, embora naquele momento, a sua transcendência ficou relativamente obscurecida devido à cri-

se de direção e à debilidade do movimento voltado à reconstrução da IV Internacional.

Dando sequência aos estudos sobre a restauração capitalista e a liquidação do Estado operário, que sustentava a URSS, o Partido Operário Revolucionário no Brasil, seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), selecionou as passagens consideradas como as mais significativas para pôr à luz do dia a importância do posicionamento marxista-leninista-trotskista consubstanciado no livro “A Contrarrevolucionária Perestroika”. No final, apresentamos algumas conclusões, que inclui o conjunto de documentos sobre a questão da restauração capitalista.

Eis as passagens:

“A Perestroika assinala, a seu modo, a justeza da análise de Trotsky sobre a URSS e a burocracia, que no Programa de Transição para a revolução socialista – programa da IV Internacional, herdada da I e III Internacional Comunista de sua época inicial, não burocratizada – escreveu: ‘O regime da URSS encerra contradições ameaçadoras. Mas continua sendo um regime de Estado operário degenerado. Tal é o diagnóstico social’. ‘O prognóstico político tem um caráter alternativo: ou a burocracia se transforma cada vez mais em órgão da burguesia mundial no interior do Estado operário, derruba as novas formas de propriedade e volte o país ao capitalismo; ou a classe operária esmaga a burocracia e abre o caminho para o socialismo’. (p. 17) (...)

“A atual crise capitalista estrutural – necessária e inevitavelmente mundial – penetra na URSS e agrava a crise interna do Estado operário degenerado, cuja raiz, em última instância, se encontra no freio burocrático que impede tirar todas as vantagens possíveis da estatização dos meios de produção, da economia planificada e do monopólio do comércio exterior.” (p. 18 (...))

“A aplicação da política de coexistência e cooperação pacíficas, proposta pela Perestroika, conduzirá a Rússia a se submeter à crise capitalista” (p. 19) (...)

“O anterior permite compreender que as soluções ao estancamento econômico, dentro da estratégia da classe operária, tem de ser política e que se concretizam na necessidade histórica da revolução política, isto é, a revolução voltada a expulsar do poder a burocracia”. (p. 48) (...)

“Alentar a proliferação de proprietários individuais não é outra coisa senão atentar, a curto ou longo prazo, contra a propriedade estatizada. Também se procura impulsionar a produção agropecuária mediante o arrendamento de casas e hortos a produtores individuais, política contrária à estatização dos meios de produção”. (p. 65) (...)

“Em resumo: a atividade privada na produção e comercialização agropecuária se amplia ameaçadoramente, além do que o setor de serviços invade também nas cidades”. (p. 67) (...)

“A economia planificada ainda não foi derrubada, mas as medidas adotadas e que citamos tendem a debilitar não só a propriedade estatizada, como também a planificação da economia, que não pode funcionar se se levantam no caminho de sua execução os interesses dos proprietários e empresários privados. Entre estatização dos meios de produção e planificação existe uma estreita interrelação”. (p. 68) (...)

“As sociedades mistas, as empresas que podem comercializar por sua conta com países capitalistas e gastar por sua conta as divisas monetárias estrangeiras que obtenham, o próprio sistema bancário, que foi modificado se tornarão em breve prazo, em canais através dos quais penetrará o capitalismo”. (p. 71) (...)

“A Perestroika (...) se limita a proclamar a cooperação com o imperialismo e para viabilizar seus planos não tem o menor cuidado em abrir uma fenda no monopólio estatal do comércio exterior,

uma das grandes conquistas da revolução”. (p. 73) (...)

“Trotsky combateu juntamente com Lênin pela defesa do monopólio estatal do comércio exterior, que se viu avariado por decisões adotadas pelo Comitê Central”. (p. 78) (...)

“Se se debilitam o monopólio do comércio exterior e o severo controle estatal sobre os diversos aspectos da economia, pode surgir o perigo de que o dinheiro acumulado em mãos privadas possa transformar-se em capital privado”. (p. 83) (...)

“O capital estrangeiro penetra também em áreas da indústria leve. É preciso advertir que nesse setor também atuam grandes multinacionais”. (p. 93) (...)

“A Perestroika, como não poderia deixar de ser, impôs modificação no sistema bancário da URSS, objetivando ‘transformar as finanças e o crédito em uma das alavancas mais importantes, com que se possa influenciar eficazmente na economia soviética, em instrumento que permita incluir as relações monetário-mercantis no mecanismo da direção planificada da economia socialista’. (p. 97) (...)

“Assistimos ao afundamento da burocracia estalinista (...) nos Estados operários degenerados, bem como os Partidos Comunistas em todo o mundo, que os ideólogos a serviço da burguesia, do imperialismo, pretendem apresentar como a quebra do marxismo e a definitiva frustração do processo revolucionário internacional, em favor do sistema capitalista e da democracia formal”. (p. 137) (...)

“As leis do desenvolvimento da transformação da sociedade capitalista levaram à revolução, à ditadura do proletariado. Nas grandes comoções sociais da URSS, da China, do Leste Europeu, estão latentes a revolução política, que restaurará e viabilizará a ditadura do proletariado”. (p.138) (...)

“As revoluções chinesa e russa, bem como as chamadas ‘democracias populares’ impostas pela baioneta do exército vermelho, que conformaram os Estados operários degenerados sob a influência soviética, são etapas de transição do capitalismo ao comunismo, processos contraditórios, cheios de avanços e retrocessos, em cujo desenvolvimento não estão excluídas as derrotas”. (p. 140) (...)

“A vitória de Gorbachev é a vitória do imperialismo, o que não significa que a vitória dos burocratas chineses signifique o triunfo do socialismo ou do comunismo, ambos servem a seu modo, à contrarrevolução. Não se trata de escolher o mal menor, mas de colocar uma política independente e oposta a ambos os polos, a linha da revolução política. (p. 149) (...)

“Isto é o que se tem de compreender com toda nitidez. As burocracias reformadoras ou conservadoras são igualmente contrarrevolucionárias por sua essência, por seu conteúdo de classe. A revolução política é basicamente antiburocrática”. (p. 149) (...)

“De uma maneira geral, a burocracia é uma criatura da classe dominante, atua a seu serviço e sob seu controle. No caso dos Estados operários degenerados, o problema é particular, trata-se de que a burocracia, nascida nas entranhas da classe operária e de sua vanguarda revolucionária, arranca o aparato estatal e partidário das mãos do proletariado, para estrangulá-los a serviço da contrarrevolução. Não é uma nova classe como tão insistentemente a defendem os partidários da restauração capitalista no bloco soviético, senão a excrescência surgida no organismo proletário, como consequência do excessivo atraso da revolução em escala internacional”. (págs. 152-153) (...)

“A Perestroika tem sido apresentada como símbolo do fim da guerra fria, do franco entendimento entre as potências imperialistas e os países socialistas, do esgotamento total das convulsões sociais, do atropelo da soberania nacional por parte das metrópoles do capital financeiro. É isso que potenciou a Perestroika, tornando-a uma esperança do capitalismo, da pequena burguesia desesperada em fazer digestões pacíficas etc.” (p. 154) (...)

“Ocorre que a burocracia estalinista atua como instrumento direto do imperialismo. As multinacionais estão agradecendo porque lhes abrem as portas do mercado e de toda a economia dos países do bloco soviético”. (p. 155) (...)

“A burocracia estalinista se fraturou em seu empenho de aplicar nos Estados operários degenerados a política da burguesia mundial (...). Podemos dizer que a tendência encabeçada por Gorbachev, que aceleradamente vem se impondo no interior da burocracia estalinista internacional, marcha em linha reta a consumir a obra de destruição dos Estados operários, que é o que precisamente procura apressadamente o capitalismo”. (p. 156) (...)

“A burguesia pretendia que o afundamento da burocracia termodoriana fosse também o afundamento do comunismo, a superação definitiva da revolução. Não se pode fechar os olhos diante da evidência de que a rebelião popular contra a opressão despótica e imoral das camarilhas burocráticas constitui toda uma rebelião que fala em termos inequívocos da vigência e atualidade da revolução política nos Estados operários degenerados”. (p. 158) (...)

“O PCUS vem se desagregando sob o impacto da rebelião das nacionalidades. A explosão das nacionalidades, que buscam o respeito aos seus direitos e maior liberdade, constitui – de maneira consciente ou não – o retorno à ideia bolchevique, que se traduz na recomendação de Lênin de 1922 de vigiar o respeito aos idiomas nacionais e de tomar medidas contra os abusos em favor do idioma russo. O teórico bolchevique era partidário de uma união flexível entre as nações”. (p. 158-159) (...)

“As nacionalidades rebeladas lutam por impor a Gorbachev o reconhecimento da autodeterminação irrestrita, isto é, o retorno ao leninismo. O problema nacional está presente em toda convulsão que sacode os Estados operários degenerados. Na Iugoslávia, se organizaram partidos nacionais e, inclusive, o movimento romeno não é alheio a esse problema capital, apesar de todos os avanços do capitalismo”. (p. 161) (...)

“A defesa incondicional da URSS, dos Estados operários degenerados, apesar das dificuldades pelas quais atravessam, constitui um dever elementar para os revolucionários. (...) Essa defesa é inseparável da luta contra a burocracia termodoriana, como se desprende do que foi indicado anteriormente. A defesa incondicional se concretiza na revolução política”. (p. 162) (...)

“O pior que pode ocorrer ao presumido marxista é não dar conta de que o conjunto da política de Gorbachev – a Perestroika e Glasnost – obedece a uma clara concepção política: fundir-se com o capitalismo, com o imperialismo em prejuízo do Estado operário, ao que se considera capaz de transformar-se internamente para servir aos interesses da burguesia internacional. A Perestroika e a Glasnost formam uma unidade – a política contrarrevolucionária da burocracia -, ainda que por momentos entrem em contradições entre si. O empedernido revisionista Ernest Mandel garante que uma coisa é a Glasnost, colocando-lhe o invólucro de democracia operária, e outra muito diferente a Perestroika, uma séria e deliberada capitulação diante do capitalismo”. (p. 165-166) (...)

“Na URSS, Gorbachev e a burocracia reformista que, no entanto, encarnam a nomenclatura, procuram destruir os fundamentos econômicos do Estado operário e impor o avanço do capitalismo, das sociedades mistas etc., sob a direção da equipe governamental que se diz modernizadora e em seu próprio proveito”. (p. 169) (...)

“Graças a Gorbachev, que destrói a economia centralizada, as bases econômicas do Estado operário, já não fazem falta as armas para esmagar o socialismo, esta é a conclusão a que chegaram os imperialistas”. (p. 171) (...)

“Trotsky volta em seus escritos, uma ou outra vez, como uma obsessão, ao tema de que não pode descartar-se a restauração capitalista na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas”. (p. 171) (...)

“No ‘Termidor e Bonapartismo’, escrito por Trotsky, em novembro de 1930, nos deparamos com a pergunta: as contradições

da edificação socialista, de um modo geral, podem adquirir tal tensão que quebrem as bases da referida edificação, tal como as colocou a Revolução de Outubro e como se reforçaram pelos êxitos econômicos posteriores, sobretudo os do plano quinquenal? Sim, isto é possível. Quem ocuparia neste caso o lugar da sociedade soviética atual em sua totalidade? O regime atual, enquanto regime de transição do capitalismo ao socialismo, pode, no caso mencionado ser substituído tão somente pelo capitalismo. Claro que seria um capitalismo de tipo muito particular: seria um capitalismo colonial em sua essência, abarcando uma burguesia de compradores, um capitalismo saturado de contradições e que exclui a possibilidade de sua evolução progressiva. Todas as contradições que puderam ocasionar o afundamento do regime soviético, se transformariam imediatamente em contradições interiores do capitalismo, e adquiririam prontamente extremada agudeza. O que quer dizer que a contrarrevolução capitalista contém as bases de uma nova Revolução de Outubro”. (p. 172) (...)

“A restauração capitalista na União de Repúblicas Socialistas Soviéticas não chegaria a rejuvenescer um sistema social totalmente esgotado em referência à possibilidade do crescimento impetuoso das forças produtivas”. (p. 173) (...)

“O movimento mundial estruturado em torno à Perestroika coloca a derrubada da ditadura do proletariado, o que agrada o imperialismo porque compreende que assim se facilita o retorno à grande propriedade privada dos meios de produção. Trata-se de um processo histórico que não se pode dar imediatamente e menos ainda de maneira pacífica”. (p. 173) (...)

“Não se pode esperar que consigam alcançar novas conquistas na luta revolucionária, ao extremo de alcançar o socialismo, se não se defendem com unhas e dentes as conquistas já alcançadas. Trata-se de por a salvo os germes do comunismo, que pode ser estrangulados na base econômica dos Estados operários degenerados”. (p. 177) (...)

“A revolução política (...) quer dizer que o proletariado à cabeça das massas em geral arranca o poder político das mãos da burocracia contrarrevolucionária. A via que conduz a esse objetivo é o da insurreição armada, e, de nenhuma maneira, a parlamentar, pacífica e gradual. Constitui a réplica nos Estados operários degenerados de hoje a revolução social, que tem lugar nos países capitalistas. A burocracia não é uma nova classe social, não pode ser confundida com a burguesia, por isso, não há lugar para a revolução social”. (p. 177) (...)

“As grandes convulsões sociais que têm lugar nos países dos Estados operários degenerados são descomunais levantamentos de massa, em cujo seio continua agitando a luta de classes, ainda que por momentos de maneira encoberta. (...) Paga-se um alto preço pela persistente presença das ilusões democráticas. Por isso, constitui um dever imprescindível levantar a bandeira da revolução política e da autêntica ditadura do proletariado”. (p. 178) (...)

“Tudo isso é o que aparece na superfície, à primeira vista. Ali onde estouram as greves operárias, imediatamente se organizam comitês de greve, que funcionam como órgãos de poder, que se transformam em sindicatos independentes etc. Em tais casos, aparecem inconfundível a revolução política que avança e que quase sempre se opaca diante do peso considerável do democratismo de tipo burguês, o que põe em evidência a ausência de uma direção marxista revolucionária”. (p. 179) (...)

“A revolução política não é uma consigna, mas um fenômeno histórico social, que avança e retrocede, que conheceu vitórias parciais e derrotas”. (p. 181) (...)

“A revolução política já tem sua história e o que agora está acontecendo reproduz de alguma forma o que fez e conquistou. As grandes linhas da revolução política aparecem nas convulsões massivas que hoje tem lugar”. (p. 183) (...)

“Existe também muita ingenuidade entre aqueles que consi-

deram que, no que está acontecendo, já está em plena conclusão a revolução política. Na realidade, esta tem de insurgir e desenvolver-se no seio do movimento multitudinário, que tem lugar contra a opressão da burocracia estalinista”. (p. 183)

“A luta contra o Estalinismo” e “O Restabelecimento Capitalista na Rússia e no Leste Europeu”, agosto de 1991, tomo LV

Um ano e meio depois de ter escrito “A Contrarrevolucionária Perestroika”, Lora publicou na edição “Muela del Diablo” um artigo intitulado “Um retrato de Trotsky”. Em uma das partes (O Restabelecimento Capitalista na Rússia e no Leste Europeu), Lora retoma a crítica à Perestroika.

“Temos na perestroika de Mikhail Gorbachev o exemplo mais notável deste processo. Buscou inicialmente transformar em ganhos o que eram perdas nas empresas estatizadas, na produção a baixos custos e alta produtividade que evidencia a consequência da tecnologia obsoleta etc. e concluiu impondo uma economia de mercado cada vez mais ousada, que não é outra coisa senão a restauração capitalista” (p. 410) (...)

“Algo surpreendente e inesperado? Não. Trotsky advertiu, em seu momento, que os atrevidos golpes da burocracia contra os fundamentos econômicos do Estado operário, caso seguissem acentuando-se, acabariam restaurando o capitalismo”. (p. 410) (...)

“Essa restauração ocorre em meio a grandes dificuldades econômicas e políticas, como um fenômeno efêmero e sob ameaça certa da revolução política, destinada a levar o proletariado novamente ao poder, à ditadura do proletariado. Esse retrocesso momentâneo é parte das dores do parto de uma nova sociedade, que é o sinal dominante de nossa época”. (p. 410) (...)

“Não seria correto dizer que a política estalinista antissoviética, reacionária e a serviço do imperialismo (...) encontra seu ponto culminante em Gorbachev e sua primitiva perestroika, pois imediatamente surgem outros personagens mais ousados, que pugnam por concluir a restauração capitalista com ritmo mais veloz, como é o caso de Ietsin”. (p. 410) (...)

“Independentemente da sorte dos atuais acontecimentos, não se pode esquecer que estamos vivendo o período da restauração capitalista (...). Não se pode esquecer que, apesar de tudo, ainda não surgiu uma burguesia russa, é a burocracia da classe operária que está assassinando a criatura maltratada da Revolução de Outubro”. (p. 412) (...)

“A resposta tem de ser a revolução política, a recuperação pelo proletariado do controle do aparato estatal, da total destruição da burocracia estalinista. Corresponde retomar o caminho de Outubro, obstruído por Stalin e seus sequazes”. (p. 412)

“Vigência do marxismo leninismo trotskismo”, novembro de 1991, tomo LVI

Dois meses depois de ter publicado “O Retrato de Trotsky”, Lora escreveu “Vigência do marxismo leninismo trotskismo”.

“Na URSS, nos países do Leste Europeu e na China, presen-

ciamos a derrocada progressiva da burocracia estalinista contrarrevolucionária pró-burguesa e - entenda-se bem - a afirmação do marxismo-leninismo-trotskismo, pelo caminho do desastre, da momentânea restauração do capitalismo”. (p. 21) (...)

“Por algum tempo, (a burocracia) se viu obrigada a defender a propriedade estatizada porque vivia dela, usando e abusando em seu proveito das empresas públicas”. (p. 22) (...)

“O estalinismo não se cansou de desfechar duros golpes nos fundamentos econômicos do Estado operário e, nessa medida, trabalhou sistematicamente em favor da restauração capitalista, no país que consumou a descomunal proeza da revolução de Outubro, isso desde o tempo de Stalin. Gorbachev assumiu ousadamente essa restauração, que agora marcha para a sua consolidação”. (p. 23) (...)

“Há que acabar com a restauração capitalista, há que pará-la, assim exige o futuro da humanidade e a necessidade da libertação dos explorados. Há uma só forma de fazê-lo, recorrer à revolução política”. (p. 24) (...)

“Unicamente assim se pode explicar que essas massas tivessem mobilizadas em torno de Ietsin, o eixo duro da perestroika, que se empenha em concluir a restauração capitalista o mais rápido possível”. (p. 25) (...)

“O golpe de Estado que temos seguido com atenção se realizou em meio à marcha da restauração capitalista, da aplicação da perestroika contrarrevolucionária” (p. 26) (...)

“As massas soviéticas, ao apoiar com tanto entusiasmo o direitista Ietsin, campeão do endurecimento da perestroika, atuaram contra seus próprios interesses, não como forças revolucionárias, mas conservadoras”. (p. 27) (...)

“A revolução política - derrubada pelo proletariado da burocracia surgida em seu próprio seio - é uma tarefa que tem de ser cumprida porque a burguesia na Rússia não teve tempo para surgir, apesar do processo restaurador”. (p. 27)

Documento da VIII Reunião do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, fevereiro de 1992

Esse documento foi aprovado na Conferência Internacional do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, de 1 e 2 de março de 1992, que se encontra nas Obras Completas, tomo LVII.

“O que está ocorrendo no que foi a URSS e nos países do Leste Europeu é um processo de restauração capitalista, ponto culminante da obra governamental antissocialista da burocracia estalinista. A previsão feita por Trotsky está se cumprindo com exatidão. Tem sido derrubados os fundamentos econômicos do Estado operário. Atualmente, as massas suportam - em meio a incessantes protestos instintivos, as consequências desastrosas do avanço de um capitalismo em total decadência.

(...) A economia de mercado se baseia em minar a estatização dos meios de produção, a planificação da economia e o monopólio do comércio exterior - métodos socialistas de governo, que não foram devidamente aproveitados pela burocracia -, processo que tem lugar sob o comando do estalinismo, que de nenhuma maneira pode ser confundido com a classe operária. (...) O que agora observamos não é mais do que o ponto culminante do trabalho contrarrevolucionário desenvolvido pelo estalinismo por quase sete décadas. Uma das expressões mais dramáticas deste trabalho vemos, hoje, na desintegração da URSS: as repúblicas da atual CEI, dirigidas por burocratas aspirantes a burgueses, levam

as massas em nome da autodeterminação nacional a guerras civis de nacionalidades.

O estalinismo que negou a ferro e fogo o princípio leninista da autodeterminação, é responsável pela utilização que faz hoje o próprio imperialismo no processo de restauração capitalista.

O único caminho para concretização da autodeterminação nacional é a revolução política, a expulsão dos burocratas do poder e a reinstalação da ditadura proletária. Ao contrário, a autodeterminação como parte do processo restaurador capitalista conduz, inevitavelmente, a novas, mais agudas e violentas formas de opressão nacional” (p. 3-4)

“Apontamentos para uma resolução política sobre o problema internacional. A restauração capitalista na ex-URSS, países do Leste Europeu, China e Cuba, março de 1994, tomo LIX

“O avanço capitalista não gerou ainda uma burguesia russa. Os grupos que se nutrem da nomenclatura foram potenciados. Os bônus entregues aos russos dentro do processo de privatização das empresas estatais e que estão no mercado e com eles podem adquirir ações dessas empresas, ainda não geraram uma burguesia nativa. Espera-se que as multinacionais comprem as empresas estatais, processo que pode facilitar, fundamentalmente a transferência ao solo russo da burguesia de outros países. Não há dúvida de que essa burguesia forânea (imperialista) se verá obrigada a apoiar-se em setores sociais enriquecidos dentro da Rússia. A questão modificaria no caso de que a burguesia substituísse no poder a burocracia, a classe operária teria a missão de expulsá-la do manejo do aparato estatal. Neste momento, não é o caso”. (p. 443)

Comentário ao folheto ‘Trotsky regresso à URSS’, novembro 1995, tomo LXII

“As teorias e a conduta dos teóricos têm de analisar-se como parte integrante da luta de classes, dependente desta. O folheto que comentamos é um bom exemplo desse subjetivismo. Não há dúvida de que se trata do produto da crise ideológica e política que foi gerada pela restauração capitalista na URSS, por obra da burocracia estalinista contrarrevolucionária”. (p. 429) (...)

“O terrível foi, precisamente, uma das consequências do socialismo em um só país e a prova a temos no fato de que conduziu à restauração do capitalismo (Perestroika)”. (p. 436)

“Stalin: um morto imortal”, março de 1997, tomo LXIV

“A esta altura não há nada que discutir acerca da natureza contrarrevolucionária de Stalin e de seu movimento. A Perestroika constitui o ponto culminante do estalinismo e esta postura culminou com a restauração capitalista na URSS. O estalinismo não le-

vou o processo revolucionário até o comunismo, mas à restauração do capitalismo. Estamos obrigados a concluir para conseguir que o processo revolucionário culmine na vitória definitiva se tem de seguir, necessariamente, um caminho diferente que escolheu a camarilha termodoriana, não o do socialismo em um só país, mas o da revolução internacional, que J. Arze, equivocada e desdenhosamente, chama de revolução permanente”. (p. 323)

“Tarefa fundamental: reconstrução da IV Internacional”, janeiro de 1998, tomo LXV

“Encontramo-nos em meio do processo de restauração do capitalismo na ex-URSS e nos países que seguiram a política estalinista contrária aos interesses históricos do proletariado e da revolução”. (p. 134) (...)

“Resumindo. A derrocada internacional do estalinismo, precisamente, ensina que o capitalismo não rejuvenesce graças à restauração da ordem social burguesa, mas que continua o processo de seu esgotamento, às vezes ao ritmo mais veloz que o da véspera, o que impõe a urgência do cumprimento da revolução proletária (...) A revolução bolchevique russa se degenerou e acabou sendo estrangulada, porque o estalinismo a isolou do processo revolucionário mundial, política reacionária expressada na teoria do ‘socialismo em um só país’. A revolução social para afirmar-se vitoriosamente e projetar-se até o comunismo, a sociedade sem classes, tem de necessariamente ser parte da revolução internacional”. (p. 135) (...)

“Quando dizemos que chegou o momento de reconstruir a IV Internacional, estamos assinalando que é a necessidade histórica que obriga a classe revolucionária de nossa época materializar a revolução social e a ditadura do proletariado”. (p. 138)

A Revolução Russa, fevereiro de 1998 – tomo LXV

“A burocracia estalinista termodoriana constitui a negação do marxismo e conclui sua política contrarrevolucionária restaurando o capitalismo na URSS.

A Revolução Russa é para nós o norte e o maior ensinamento, mas no futuro tem de retornar ao marxismo-leninismo afim de poder marchar ao comunismo pelo caminho da revolução proletária mundial.

Nós bolivianos não esquecemos o doloroso processo do parto da nova sociedade e seu gigantesco retrocesso, mas afirmamos que desde nosso país contribuiremos à vitória do comunismo” (p. 210)

Considerações

1) Os escritos de Guillermo Lora sobre o processo de restauração capitalista e a aplicação do programa da revolução política cobre o período de 1990 a 1998. Perpassa o governo de Gorbachev e grande parte do governo Ieltsin. Os escritos mais importantes de Lora sobre a revolução política correspondem ao período de 1990 a 1994 (A contrarrevolucionária Perestroika; Resolução da Conferência Internacional do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional e Apontamentos para uma resolução política sobre o problema internacional).

É importante verificar as formulações nas condições em que se aprofundava a crise na URSS, Gorbachev lançava seu programa restauracionista e Ietsin o impulsionava por meio do programa de privatização. A partir do ano 2000, quando Putin assume o comando da Federação Russa, Lora não escreveu sobre os desdobramentos do processo de restauração capitalista. Evidentemente, permaneceu a orientação da Conferência do CERQUI, de 1992. Sob a ditadura bonapartista de Putin, consolida-se a restauração capitalista, afirma-se a nova estrutura estatal burguesa que substituiu a forma soviética, agiganta-se a oligarquia empresarial, agrava-se a opressão nacional sobre as ex-repúblicas soviéticas, solidifica-se o controle imperialista sob as ex-repúblicas populares do Leste Europeu e projeta-se a subordinação da Federação Russa à economia mundial regida pelo capital financeiro;

2) A aplicação do programa da revolução política diante da Perestroika e dos passos seguintes da restauração capitalista sob o governo de Ietsin indicou que somente por meio desse combate o proletariado poderia derrubar a burocracia contrarrevolucionária, interromper o avanço da restauração e retomar o curso aberto pela revolução de Outubro. As revoltas que vinham ocorrendo desde meados de 1950 na Alemanha Oriental, Polônia, Hungria e Checoslováquia – analisadas por Lora – abrigavam germes da revolução política. O que dependia, no entanto, da constituição de uma direção marxista-leninista-trotskista. A sua ausência impossibilitou que as revoltas abrissem caminho para a revolução política. Os acontecimentos foram no sentido de o proletariado do Leste Europeu seguir as direções restauracionistas, que serviam de canal aos objetivos do imperialismo de combater o comunismo. Lora refere-se às ilusões democráticas, que obscureceram o caráter contrarrevolucionário do movimento restauracionista.

O posicionamento do POR boliviano diante da Perestroika e de seus desdobramentos com a arma da revolução política assinalou o caminho programático por onde a luta de classes do proletariado poderia reagir ao restabelecimento do capitalismo;

3) Esse posicionamento delimitou a linha do marxismo-leninismo-trotskismo dos revisionistas, que desvinculavam a Glasnost da Perestroika, como se a primeira fosse progressiva e a segunda contivesse os problemas da restauração. Ou então, aquelas correntes que tomaram o seguidismo das massas às direções restauracionistas como se estivesse ocorrendo a revolução política. Somente seria possível rechaçar a capitulação dos mandelistas e morenistas aplicando o programa da revolução política;

4) Não se pode perder de vista que a formulação da revolução política aplicada no processo concreto da crise no Leste Europeu e na URSS não está desvinculada do prognóstico de Trotsky de que a restauração capitalista era provável caso o proletariado não retomasse o poder do Estado e realizasse profundas reformas antiburocráticas. Lora se refere a uma “obsessão” de Trotsky em insistir nessa possibilidade histórica. Essa “obsessão” se explica pela necessidade de ter um prognóstico o mais preciso possível sobre a possibilidade do termidor concluir com a destruição da URSS.

Esse prognóstico corresponde às gigantescas dificuldades da vanguarda revolucionária encarnar no seio do proletariado o programa da revolução política, uma vez que a derrota da Oposição de Esquerda russa e a eliminação de boa parte da militância trotskista resultavam em uma profunda crise de direção mundial. É sintomática a transcrição de uma passagem do documento “Termidor e Bonapartismo”, que afirma que “a contrarrevolução capitalista contém as bases de uma nova Revolução de Outubro”. Nesse período analisado por Lora, a restauração burguesa apenas tomava um curso aberto e que, por isso, a vigência da revolução política se colocava como a resposta necessária para interromper a contrarrevolução capitalista;

5) No momento, a Perestroika ainda procurava “destruir os fundamentos econômicos do Estado operário, com o avanço do capitalismo, das sociedades mistas etc.”. Os fundamentos a que se refere Lora são essencialmente a propriedade estatal, a economia

planificada e o monopólio do comércio exterior. A revolução política se colocava, portanto, como a condição para evitar que as forças restauracionistas derrubassem o Estado operário (degenerado) e destruíssem tais fundamentos;

6) A constatação de que ainda permanecia em pé o Estado operário degenerado obrigava os revolucionários a intervir no seio do proletariado e das massas com o programa da revolução política, tal qual havia formulado Trotsky. Dessa questão, decorre a avaliação sobre a reconstituição da burguesia. Uma vez que não está reconstituída uma nova classe capitalista, não está colocada a revolução social. Mas a possibilidade do processo de restauração avançar no sentido de reconstruir a burguesia não foi desconsiderada por Lora. Ao se referir à “justeza da análise de Trotsky sobre a URSS e a burocracia”, como consta no Programa de Transição, Lora assinala a importância decisiva do “diagnóstico social”. Eis o que diz Trotsky: “O prognóstico político tem um caráter de alternativa: ou a burocracia, tornando-se cada vez mais em órgão da burguesia mundial nos Estados operários, destrói as novas formas de propriedade e lança o país no capitalismo; ou a classe operária esmaga a burocracia e abre uma via para o socialismo”;

7) Evidentemente, a burocracia termidoriana ao se potenciar como “órgão da burguesia mundial dentro do Estado operário” não só restaura o capitalismo como destrói o próprio Estado operário. Essa dialética não poderia ser verificada dessa forma no início da Perestroika. Mas se manifestou no governo de Ietsin e se consolidou no de Putin. De algumas medidas de adaptação do Estado soviético à democracia formal, saltou-se para a estruturação de uma caricatura de democracia burguesa. É nessas condições que emerge a oligarquia capitalista russa, que se assenta no restabelecimento da propriedade privada dos meios de produção e em uma fração de pequenos, médios e grandes empresários. Esse processo não poderia ter sido verificado plenamente no momento da Perestroika e nos primeiros anos do governo de Ietsin. O processo de privatização ganhará força com Ietsin e será disciplinado com Putin.

O fundamental está em observar o caráter geral da reconstituição da propriedade privada dos meios de produção, potenciação da economia de mercado e subordinação à economia mundial. Esse processo comparece hoje mais claramente. O que indica que a classe operária para derrubar a burocracia que governa em função do empresariado russo terá de expropriar a oligarquia e reconstituir as bases da propriedade social;

8) Nesses 33 anos da dissolução da URSS, vimos a importância de apresentar um levantamento de todo o percurso das formulações de Trotsky, Lênin e Lora. Observamos que as formulações de Lora e do CERQUI corresponderam a uma etapa do processo de restauração capitalista que avançou ao ponto da quantidade se transformar em qualidade. Esse reconhecimento não implica nenhuma ruptura com o programa da revolução política. De fato, não há uma muralha entre a revolução política e a revolução social. O que há é a justeza de sua aplicação de acordo com o processo histórico em curso. Evidentemente, não se pode trocar uma formulação por outra, sem que corresponda às manifestações concretas das leis da história e da luta de classes do proletariado em direção ao comunismo.

Trotsky deixou muito bem assentado esse método e orientação em suas críticas àqueles que não admitiam a existência do Estado operário degenerado e rechaçavam a revolução política. Guillermo Lora seguiu esse caminho, orientando a vanguarda revolucionária mundial a lutar pela revolução política, como condição de interromper e liquidar o processo de restauração capitalista e desmoroamento dos fundamentos do Estado soviético.

A epígrafe desse nosso trabalho contém na essência o reconhecimento de Trotsky de que a própria URSS correspondia ao Estado operário. De forma que não era possível preservar o Estado operário, por mais degenerado que estivesse, à margem da URSS.